panorama ODS: oeste do paraná em números



Panorama ODS: Oeste do Paraná em números. 2018. – Brasília :

Panorama ODS: Oeste do Parana em numeros. 2018. — Brasilia:
PNUD, 2018.
92 p.: il., gráfs. color.
ISBN: 978-85-88201-50-7
1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2. Agenda 2030. 3. Oeste do Paraná. 4.
Desenvolvimento Humano. 5. Desenvolvimento Territorial. 6. Indicadores Municipais.
7. Oeste do Paraná. 8. Brasil. I. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
II. Panorama ODS: Oeste do Paraná em números.

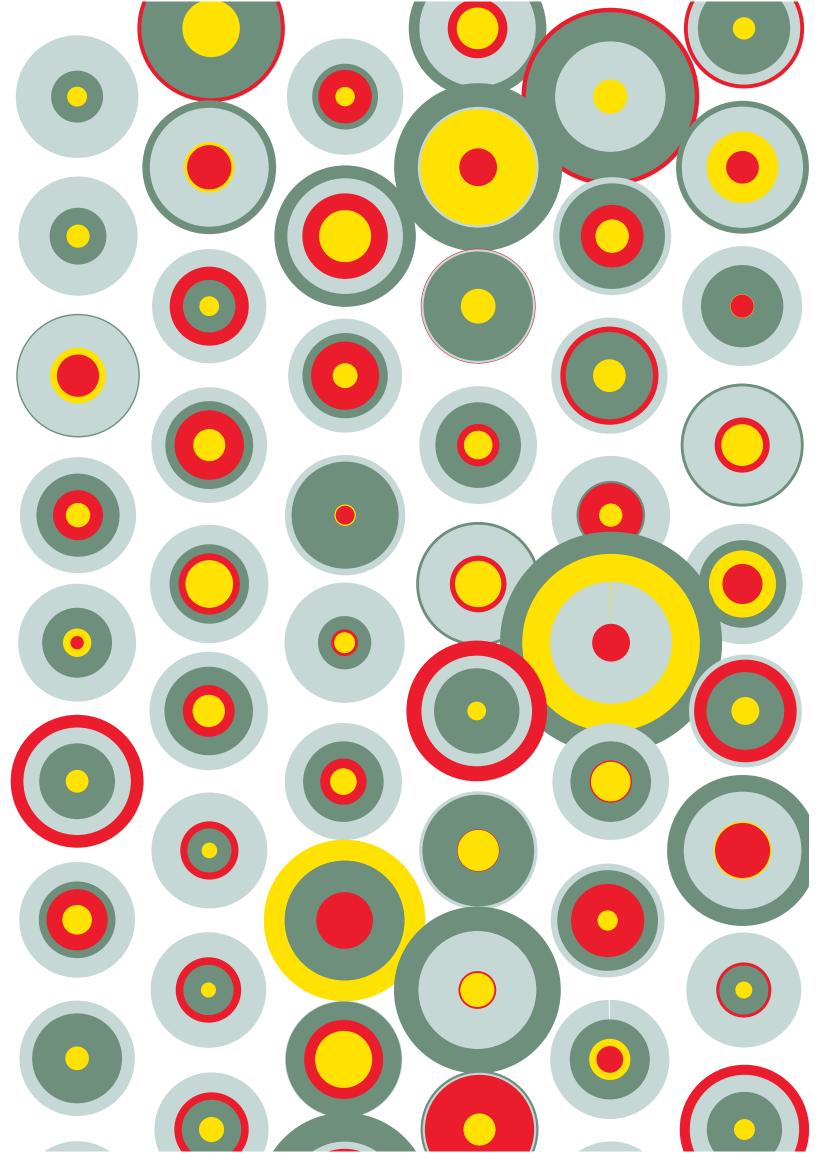
CDU 001.422

panorama ODS: oeste do paraná em números

região oeste do paraná







REALIZAÇÃO

Niky Fabiancic

Representante Residente do PNUD no Brasil

Didier Trebucq Diretor de País do PNUD no Brasil

SUPERVISÃO

Maristela Marques Baioni Representante Residente Assistente para Programa do PNUD no Brasil

COORDENAÇÃO GERAL

Andréa Bolzon

COORDENAÇÃO COOPERAÇÃO TÉCNICA Samantha Salve

EDIÇÃO

Gabriel Vettorazzo

EQUIPE TÉCNICA DO PNUD NO BRASIL Níkolas Pirani Talita Stori Aquino De Sousa Vanessa Zanella

REDAÇÃO

Larissa de Almeida Nogueira Cervi

EQUIPE DE PESQUISA E REDAÇÃO Adriane Ribeiro da Silva Caio Assumpção Silva Cristina Botti de Souza Rossetto Giane Silvestre Marcia Cristofio Da Silva

PRODUÇÃO

DIAGRAMAÇÃO

Explico

Marcelo Pliger

Eduardo Asta

William Mur

Fabiana Martins

Catarina Pignato

REVISÃO

Raniery Teixeira

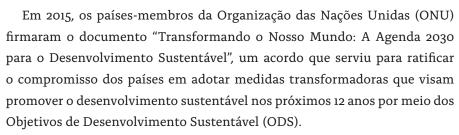
Débora Quintela

Marcelo Pliger

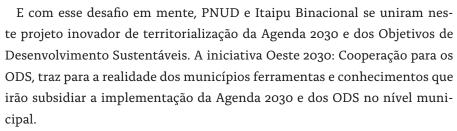
prefácio pnud



Niky Fabiancic Representante Residente do PNUD no Brasil



Dados confiáveis, de qualidade e acessíveis serão necessários para subsidiar a adoção e o monitoramento dessas medidas pelos países, estados e municípios. No nível nacional, os governos estão desenvolvendo seus próprios indicadores para acompanhar o progresso dos objetivos e metas e para facilitar o monitoramento da implementação da Agenda 2030. No Brasil, um país de dimensões continentais formado por mais de 5000 municípios, localizar os ODS aos níveis subnacionais é fundamental para o alcance dos objetivos. Esse processo representa um exercício de sistematização do conhecimento disponível sobre a realidade local, de forma integrada e abrangente, permitindo uma análise mais profunda do contexto nacional.



O projeto propõe diálogos intersetoriais para entender a realidade de cada município e estimular a municipalização dos ODS. Para que os diálogos sejam informados, o projeto também conta com um eixo dedicado a levantar e sistematizar informações e indicadores que visam apoiar a tomada de decisão local. Para isso, está sendo elaborada uma extensa base de dados municipais, com base em registros administrativos, a ser disponibilizada em uma plataforma web que servirá como linha de base para avaliar o avanço da Agenda 2030 nos 54 municípios do Oeste do Paraná.

O primeiro exercício de análise desta base encontra-se neste documento. Nas próximas páginas serão apresentadas alguns dos indicadores encontrados e análises que subsidiarão os municípios do Oeste do Paraná na elaboração de políticas públicas alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para se ter ideia, é possível verificar que entre 2010 e 2015 a região conseguiu reduzir o número de crianças desnutridas em mais de 47%, um avanço significativo na meta 2.2 dos ODS que visa acabar com todas as formas de desnutrição.

Apoiar os municípios no alcance dos ODS é atividade central no esforço de auxiliar o Brasil no alcance da Agenda 2030. Essa iniciativa reforça o compromisso do PNUD na construção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável, sem deixar ninguém para trás.





prefácio itaipu



Marcos Vitório Stamm

Diretor-geral Brasileiro
da Itaipu Binacional

A Itaipu Binacional, empresa que pertence em igualdade de condições aos governos do Brasil e do Paraguai, é a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta. Desde sua construção, diversos cuidados foram tomados para minimizar seus impactos, como a formação de mais de 100 mil hectares de áreas protegidas ao redor de seu reservatório.

A partir de 2003, a empresa adotou como parte de sua missão institucional a promoção do desenvolvimento sustentável em sua área de influência. Disso, decorreram diversas iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, segurança hídrica, gestão de bacias hidrográficas, promoção da sustentabilidade nas atividades agropecuárias, uso de fontes renováveis de energia, melhoria das condições de saúde na região de fronteira, incentivo ao turismo, desenvolvimento tecnológico, entre outras.

A adesão do Brasil, em 2015, à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas reforçou o compromisso da Itaipu com o esforço global para alcançar as metas expressas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Atualmente, a binacional trabalha com ações relacionadas a todos os 17 ODS, muitas delas em parceria com 54 municípios da região (52 no Oeste do Paraná, além de Altônia, na Região Noroeste, e Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul).

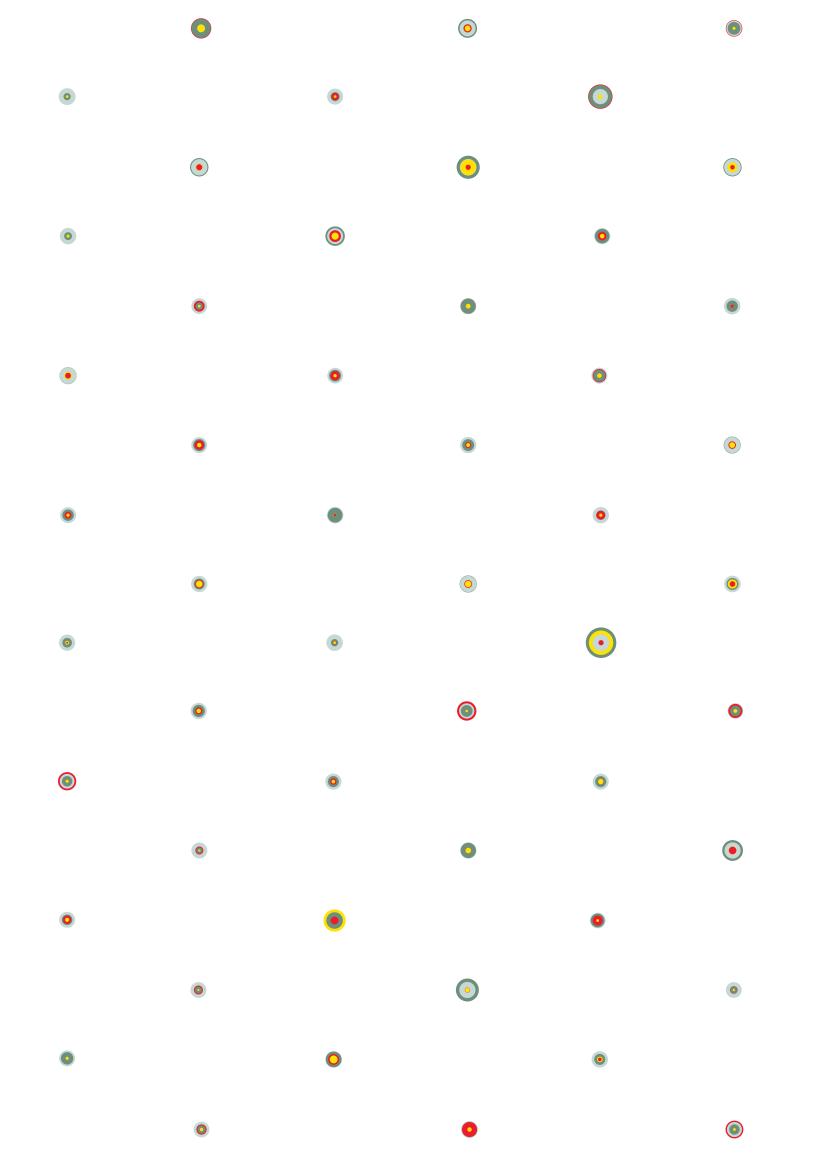
Nesse contexto, destaca-se a parceria da empresa firmada com o PNUD, objeto desta publicação. Trata-se de um projeto pioneiro para divulgar e consolidar os ODS nesses municípios. É também uma iniciativa inovadora, por abordar esse tema em uma escala municipal, reunindo o conhecimento técnico do PNUD e a experiência da Itaipu com o desenvolvimento territorial.

No âmbito do projeto, foram realizados Seminários Microrregionais sobre os ODS, abrangendo os 54 municípios e propiciando um espaço de diálogo entre governo municipal, sociedade civil e setor privado, para a construção de um programa de atuação conjunta voltado à implementação da Agenda 2030 na região.

Com essa abordagem – e com base nos indicadores municipais apresentados no presente trabalho – pretende-se identificar e enfrentar os principais desafios da região e, consequentemente, conectar cada vez mais o Oeste do Paraná aos compromissos brasileiros de desenvolvimento sustentável e à agenda global da ONU rumo a 2030.



Newton Luiz Kaminski Diretor de Coordenação

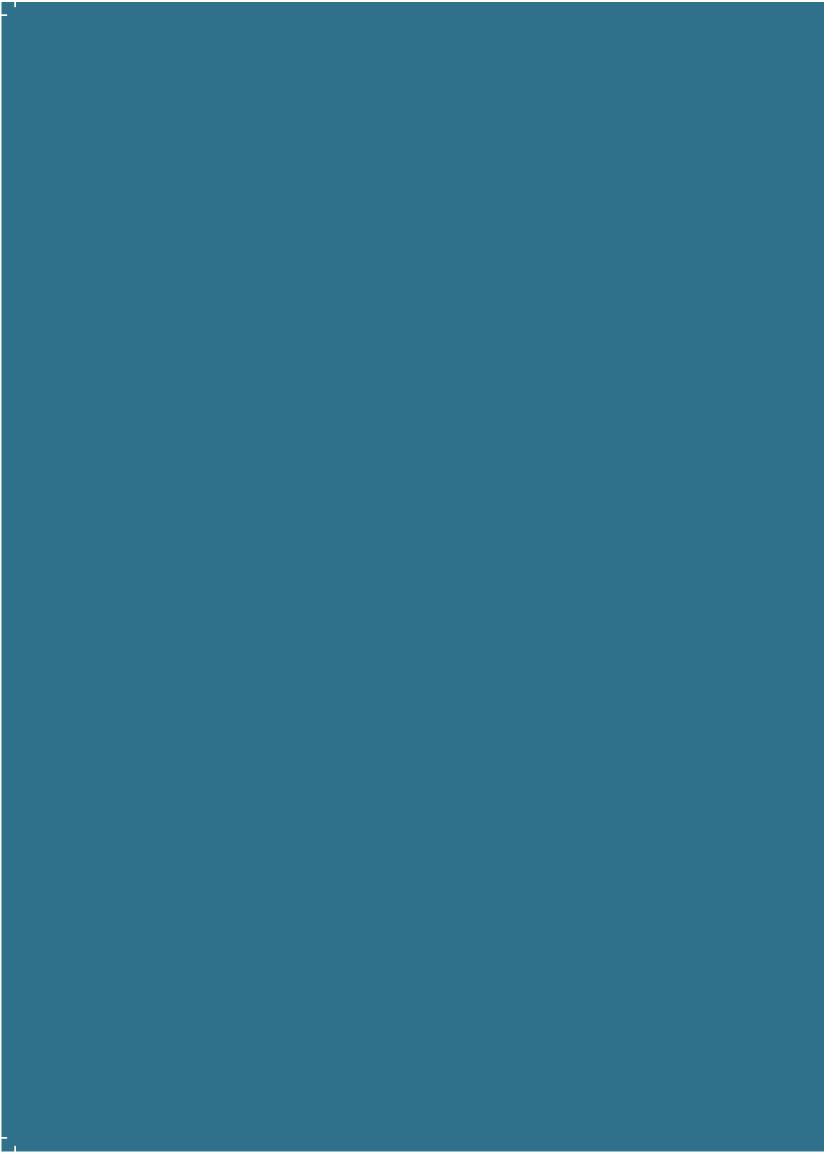


sumário

	-
12	agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: o que isso tem a ver comigo?
16	parceria pnud-itaipu para o oeste do paraná
17	alcançando o desenvolvimento sustentável: metas e indicadores
21	como posso implementar a agenda 2030 no meu município?
25	sobre o diagnóstico
26	este documento
28	por falar em desenvolvimento
30	como ler esse diagnóstico
35	diagnóstico da região oeste do paraná
37	introdução
38	caracterização do território
40	dinâmica territorial
44	idhm
47	população
51	saúde
57	trabalho e renda
59	turismo
61	energia
63	economia
66	agrotóxicos
67	pobreza e vulnerabilidade social
71	segurança
76	representação política
78	refúgio
81	considerações finais
86	referências bibliográficas

panorama ods: oeste do paraná em números

11



panorama ods: oeste do paraná em números

agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: o que isso tem a ver comigo?

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que nela foram estabelecidos, foram adotados pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Resolução 70/1 da Assembleia Geral da ONU, intitulada "Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", de setembro de 2015, entrando em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016.

Assim como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a adoção da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) significou a adoção de uma agenda de desenvolvimento conjunta pelos países. Isto é, a partir desse momento, os países se comprometeram a implementar um plano de ação único, buscando responder aos novos desafios globais e envolver todos os atores na construção de um mundo inclusivo, equitativo e ambientalmente sustentável. Com esse compromisso, os Estados-membros das Nações Unidas, inclusive o Brasil, devem trabalhar nas metas e objetivos da Agenda até 2030.





A discussão sobre os novos objetivos tem início na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em 2012. No novo contexto mundial, tornou-se necessário trabalhar não somente com uma agenda social, como os ODM, mas interligar crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Assim, a partir do ano seguinte, os países e as Nações Unidas começam a trabalhar no documento O Mundo que Queremos, tendo como perspectiva os aprendizados da implementação dos ODM (2001-2015) e a nova realidade global pós-2015.

Nesse contexto, a Agenda 2030 é um instrumento ainda mais abrangente e sensível às realidades de diferentes populações ao redor do mundo, tendo sido inclusive construída de forma coletiva, esforço sem precedentes que envolveu Estados, sociedade civil, Nações Unidas e outros grupos interessados. Dessa maneira, a agenda que chega para discussão da Assembleia Geral da ONU reflete também as necessidades e os anseios das pessoas no nível local, de "baixo para cima". Por isso mesmo, sua maior extensão: a Agenda traz 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que estão baseados em 5 eixos - ou 5 P's, como foram chamados: Pessoas, Prosperidade, Paz, Planeta e Parcerias. Esses eixos, na verdade, são áreas de importância fundamental para a humanidade e o planeta.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Em setembro de 2000, os Estados-membros das Nações Unidas estabeleceram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que deveriam ser cumpridos pelos países em desenvolvimento até 2015. O cumprimento dos oito ODM e suas 21 metas, com ênfase na agenda social, orientou as ações de desenvolvimento desses países durante quinze anos.

O Brasil atingiu importantes metas dos ODM, contribuindo significativamente para o alcance das metas globais de alguns objetivos. Em relação ao ODM 1, por exemplo, a meta de reduzir a fome e a pobreza extrema pela metade em comparação à taxa de 1990 foi alcançada pelo Brasil já em 2002. Em 2012, o país tinha reduzido essa taxa a menos de um sétimo — de 25,5% de pessoas extremamente pobres para 3,5%.

Avanços também foram alcançados na redução da mortalidade na infância, expressa no ODM 4, que leva em conta a taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade. Essa taxa passou de 53,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1990 para 17,7 em 2011, alcançando a meta de redução de 75%. A meta de redução da mortalidade infantil, isto é, de crianças de até 1 ano de idade, também foi alcançada pelo país: a taxa de mortalidade infantil caiu de 47,1 para 15,3 óbitos por mil nascidos vivos de 1990 a 2011, superando a meta de 15,7 óbitos estimada para 2015.

Outra meta alcançada pelo país foi a de reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e ao esgotamento sanitário, do ODM 7, o que foi atingido em 2012.

Em contrapartida, o Brasil teve dificuldades de atingir outras metas, em especial as do ODM 5 "Melhorar a saúde das gestantes". Ainda que a razão de mortalidade materna tenha reduzido significativamente, de 141 óbitos maternos por mil nascidos vivos em 1990 para 64 óbitos em 2011, não foi possível alcançar a meta de 35 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos até 2015. Dessa maneira, muitos investimentos foram feitos para cumprir o compromisso assumido com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tanto pelo Brasil, quanto pelos outros países. A experiência dos ODM foi bem-sucedida e melhorias significativas foram alcançadas, que provocaram mudanças positivas na vida das pessoas. Mas ainda há muito a ser feito e a Agenda 2030 pretende avançar nessas lacunas.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (2014). Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Os ODS são objetivos indivisíveis e integrados, dado que a construção de um desenvolvimento econômico, social e ambiental não é possível se não trabalharmos em todas as questões que afetam a vida das pessoas e que estão interligadas. Ainda, para falar em desenvolvimento, é preciso levar em conta a quem esse desenvolvimento deve beneficiar. É por isso que a Agenda é também centrada nas pessoas, sensível às questões de gênero e se baseia em assegurar os direitos humanos. Seu principal objetivo é não deixar ninguém para trás.

Uma característica central dos ODS é a grande ênfase nos meios de implementação – a mobilização de recursos financeiros, desenvolvimento de capacidades e tecnologia, bem como a geração de dados e fortalecimento de instituições.

As metas e objetivos estabelecidos constituem um plano de ação universal, a ser trabalhado por todas e todos – Estados, sociedade civil, empresas, terceiro setor, academia e outras partes interessadas –, elaborado a partir do entendimento de que construir um mundo sustentável e socialmente equitativo é responsabilidade e tarefa de todas as pessoas.

É a partir dessa perspectiva que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável se relaciona com seu município e com você. Alcançar o desenvolvimento humano sustentável e tornar o respeito aos direitos humanos uma realidade acontece no nível local. São as cidadãs e os cidadãos, nos seus municípios, que sabem suas necessidades e percebem como as políticas podem afetar seu dia--a-dia, identificando inclusive quais são os meios de implementação mais adequados para determinada localidade e levando em consideração as especificidades de seu contexto. Além disso, diversas metas a serem alcançadas estão relacionadas ao papel dos estados e municípios, que assumem responsabilidades não só na implementação dos ODS, mas também no engajamento e monitoramento dessa implementação.

Contudo, não podemos esquecer que a Agenda 2030 é um compromisso global que o Brasil assumiu. Dessa forma, ela se torna uma ferramenta importante para cidadãs e cidadãos reivindicarem seu cumprimento e, assim, fomentarem o desenvolvimento humano sustentável de seu município. É, ainda, uma oportunidade para trocar experiências e lições aprendidas com outras localidades, de forma a contribuir para um desenvolvimento integrado e identificar eixos de trabalho conjunto e cooperação entre os diferentes atores da sociedade, seja em outros municípios, estados ou até mesmo países.

É nesse espírito que convidamos cada um e cada uma de vocês a adotar essa Agenda e a contribuir na construção de um mundo justo e sustentável.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos



Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos



Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*)

(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.



Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos



Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

parceria pnud-itaipu para o oeste do paraná

Após o Brasil assumir, em 2015, o compromisso global de alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da Agenda 2030, muitos gestores públicos começaram a pensar como seria a implementação dessa agenda no nosso país. Esforços importantes estão sendo feitos, desde então, para pensar nos ODS a nível nacional mas, em um país de dimensões continentais e mais de 5 mil municípios, territorializar os ODS no nível de cidade também se faz essencial.

Pensando nisso, a Itaipu Binacional e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento se uniram para pensar a localização dos ODS a nível municipal, tendo o Oeste do Paraná como território de referência para este projeto pioneiro.

Apesar de já ter avançado na erradicação da pobreza, a região Oeste ainda enfrenta muitos desafios para conciliar suas potencialidades econômicas com um caminho de desenvolvimento humano sustentável.

O Projeto Oeste 2030: Cooperação para os ODS pretende justamente apoiar essa conciliação, construindo uma Agenda de Atuação Conjunta sobre os ODS e produzindo conhecimento capaz de potencializar o desenvolvimento local.

O projeto, que estará vigente até 2019, foi dividido em três eixos de ação principais: Diálogos para o Desenvolvimento Humano Sustentável; Avaliação e monitoramento local; e Formação de agentes locais.

O primeiro eixo pretende construir coletivamente Agendas de Atuação Conjunta municipais para a implementação da Agenda 2030 nas 54 cidades participantes da iniciativa. Para isso, o projeto propicia espaços de diálogos entre governo municipal, sociedade civil e setor privado, entre outros setores relevantes.

Os diálogos se iniciaram com a realização de Seminários Microrregionais para Localização dos ODS, em agosto de 2017. Também estão sendo realizadas diversas reuniões municipais com a participação do setor público, setor produtivo, centros de ensino e terceiro setor. A previsão é de realizar diálogos recorrentes em cada um dos 54 municípios envolvidos até o final de 2018.

O segundo eixo trata de levantar e sistematizar informações e indicadores de desenvolvimento humano sustentável de maneira a apoiar a tomada de decisão local. Para isso, está sendo elaborada uma extensa base de dados municipais, que tem servido de subsídio para análises como esta, bem como para a construção de uma linha de base dos ODS.

O projeto também prevê uma plataforma online de dados. Você poderá acessá-la no endereço oeste2030.org.br para monitorar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no seu município. Esse diagnóstico é o primeiro resultado desse esforço de pensar os indicadores em nível municipal.

Por fim, o último eixo busca garantir a sustentabilidade e a apropriação local do projeto, por meio da formação de agentes locais, assegurando a transferência de conhecimento técnico sobre ODS e sobre a elaboração de dados e análises que serão produzidas ao longo do projeto.

alcançando o desenvolvimento sustentável: metas e indicadores

Trabalhar em uma agenda comum de desenvolvimento, implementada por quase 200 países que vivem realidades por vezes profundamente distintas, é certamente desafiador. Para que isso seja possível, é necessário um detalhamento da agenda e do que se pretende alcançar, sem que esse detalhamento engesse as possibilidades de implementação de ações locais para o alcance de objetivos e metas. Afinal, cada localidade tem condições específicas para trabalhar pelo desenvolvimento humano sustentável, precisa de investimentos em diferentes áreas e possui orçamentos diversos.

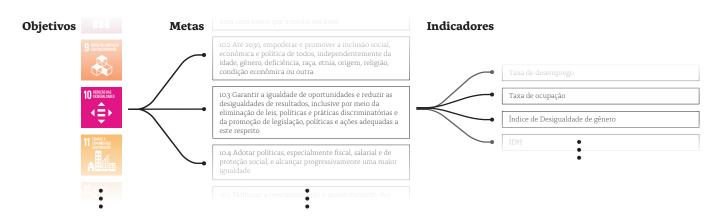
Nesse contexto, definir objetivos, metas e indicadores para a agenda é fundamental para acompanhar as mudanças que ocorrem e verificar a efetividade e o impacto de políticas, ações e investimentos. Por meio desses instrumentos, pode-se avaliar que práticas foram bem-sucedidas e podem ser replicadas, como aprimorá-las e que ações não obtiveram os resultados esperados. Também é possível comparar, por exemplo, a situação de dois ou mais municípios, ou ainda a situação de determinado município em um período temporal.

Um objetivo é algo mais amplo e estratégico, que indica o que se pretende alcançar, isto é, o propósito de determinada iniciativa — nesse caso, da agenda de desenvolvimento. O terceiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, o ODS 3, por exemplo, apresenta um dos propósitos da Agenda 2030, que é "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades".

Para o alcance do objetivo, são definidas metas, que se referem a conquistas, em geral quantificadas e com prazos temporais, que contribuiriam para atingir o objetivo. No exemplo citado, a primeira meta do ODS 3 é "Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos". Ou seja, ao reduzir a taxa de mortalidade materna, o país estaria mais próximo de atingir seu objetivo de assegurar vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas até 2030.

Os indicadores, por sua vez, nos mostram aspectos da realidade, possibilitando que mensuremos determinada situação, identificando áreas em que houve avanços e retrocessos. Logo, para medirmos a mortalidade materna em um local, é preciso estabelecermos um instrumento que permita quantificar o evento — mortalidade materna — e compará-lo temporalmente ou com outras localidades. Nesse caso, o indicador é uma razão entre o número de óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos, em determinado local e ano.

No âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, foram estabelecidos metas e indicadores para cada ODS, de forma a facilitar a implementação de uma agenda única de desenvolvimento por um grande número de países. Todas as metas estão disponíveis em www.agenda2030. org.br e www.nacoesunidas.org/pos2015. Saiba mais sobre os indicadores a seguir.



Como os ODS serão acompanhados?

Em âmbito global, os objetivos e as metas da nova Agenda serão acompanhados por meio de um conjunto de indicadores criados para medir o alcance das ações e as mudanças provocadas nos países. O quadro de indicadores globais foi desenvolvido por um grupo das Nações Unidas chamado Grupo Interagencial de Peritos sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O grupo é formado por 26 países-membros da ONU e o Brasil, que atualmente é Presidente da Comissão de Estatística da ONU, além de agências regionais e internacionais que o compõem como observadoras.

Esse grupo tem a desafiadora missão de desenvolver e implementar uma lista de indicadores globais que permita medir o avanço dos países no alcance dos objetivos e das metas da Agenda 2030. Como diversos dos temas levantados pela Agenda 2030 não são tradicionalmente medidos pelas organizações que produzem estatísticas globais, o grupo classificou os indicadores propostos em três níveis (Tier 1, Tier 2 e Tier 3), com base no seu nível de desenvolvimento metodológico e disponibilidade de dados. Esse conjunto de dados já está sendo monitorado pela ONU e dois relatórios globais foram lançados.

No nível nacional, governos desenvolverão seus próprios indicadores para ajudar a acompanhar o progresso dos objetivos e metas. Isso facilita o monitoramento da implementação da Agenda 2030 no país, a partir de indicadores já existentes e coletados regularmente. A adaptação para o nível nacional também é importante para verificação de lacunas na coleta de dados e identificação de aprimoramentos necessários.

No mais, avaliar a implementação da Agenda 2030 representa um exercício do país de sistematizar o conhecimento disponível sobre sua realidade e situação local, de forma integrada e abrangente, permitindo uma análise totalizante do contexto nacional.

O Brasil já saiu na frente nesse exercício e elaborou um Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS em 2017. No mesmo ano, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 também elaborou um relatório, chamado Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (incluir hyperlink no título dos relatórios http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatoriovoluntario_brasil2017port.pdf E https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2017/10/relatorio-luz-completo.pdf) Ainda, foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para avançar na implementação da Agenda 2030.

Tier 1

Indicador conceitualmente claro, metodologia e padrões estabelecidos disponíveis e dados regularmente produzidos por países

Tier 2

Indicador conceitualmente claro, metodologia e padrões estabelecidos disponíveis, mas os dados não são produzidos regularmente por países

Tier 3

Indicador para o qual não há metodologia e padrões estabelecidos; ou metodologia e/ou padrões estão sendo desenvolvidos e/ou testados

Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Elaborado pela Secretaria de Governo da Presidência da República, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com supervisão da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

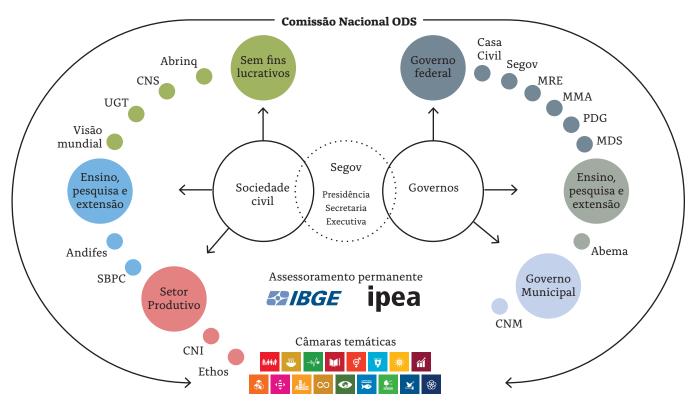


Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 2016, por meio do Decreto n^{o} 8.892, o Brasil criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que tem como objetivo apoiar a implementação da Agenda 2030 no país, de modo que seja internalizada e difundida pelos atores nacionais e tornando o processo de implementação mais transparente e participativo.

A Comissão Nacional conta com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, nomeados em 2017 (Portaria n^{o} 38, Diário Oficial da União, 24 de maio de 2017), totalizando 32 representantes, entre titulares e suplentes.

O prefeito de Assis Chateaubriand (2017-2020) e presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP, 2017-2019) é um dos representantes dessa Comissão.



Fonte da imagem: Secretaria de Governo da Presidência da República. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/ods/menu-de-relevancia/comissao-ods

Em 2017, a Comissão teve seu Plano de Ação (2017 – 2019) aprovado. O Plano foi dividido em cinco eixos estratégicos, que buscam responder aos desafios mais imediatos da Comissão nos primeiros anos. Os eixos são: (i) Disseminação da Agenda 2030; (ii) Agenda 2030 Brasil (internalização); (iii) Territorialização (interiorização); e (iv) Acompanhamento e monitoramento; além do eixo Gestão e Governança da Comissão, de caráter transversal.

Assim, o propósito é que o Plano de Ação contribua para garantir condições para a implementação da Agenda 2030 de maneira adequada.

O Plano completo está disponível para download: http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/comissao-nacional--dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-lanca-plano-de--acao/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019.pdf Do mesmo modo, os governos subnacionais (estaduais e municipais) são estimulados a contribuir para o alcance dos objetivos e das metas da Agenda 2030. Em 2016, o Paraná se comprometeu a trabalhar para cumprir os ODS ao republicar o Decreto 1.311/1983 no DIOE 9741, que incorpora o acompanhamento de um Plano Sustentável de Desenvolvimento (PSD) do estado, integrado à Agenda 2030, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná (CEDES). O CEDES, além de aprovar e acompanhar o PSD, tem como atribuição propor medidas que otimizem a atuação do governo estadual em áreas de desenvolvimento econômico e social, com o intuito de promover melhorias na vida das pessoas.

No mais, no Estado do Paraná, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) têm trabalhado na identificação de indicadores estaduais, que já foram ou poderiam ser produzidos, relacionados aos ODS.

Por sua vez, o PNUD e a Itaipu têm trabalhado para a identificação de indicadores de âmbito municipal. Nessa publicação, você encontrará alguns indicadores que foram selecionados para analisar a situação dos municípios do Oeste do Paraná e que poderão nos ajudar no monitoramento da implementação da Agenda 2030.

Já está disponível a plataforma desenvolvida pela parceria do PNUD com a Itaipu Binacional no endereço www.oestepr2030.org.br. O site disponibiliza indicadores ODS para os 54 municípios da região Oeste do Paraná.



como posso implementar a agenda 2030 no meu município?

A realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um compromisso assumido pelo país e que precisa contar com o engajamento de governos e organizações em todos os níveis, do federal ao municipal, e de seus habitantes.

As cidades têm uma importância central nesse contexto, pois podem transformar a implementação da Agenda 2030 em algo concreto e eficiente, próximo da realidade e do cotidiano das pessoas. No mais, todos os ODS têm metas diretamente ligadas às responsabilidades dos governos subnacionais, o que torna a localização da Agenda 2030, isto é, a ponderação dos contextos subnacionais em sua implementação, ainda mais relevante. Estabelecer objetivos e metas, definir meios de implementação e estipular indicadores para monitoramento são processos que precisam ser realizados levando em consideração esses contextos para que sejam bem-sucedidos.

Localização trata-se, então, tanto de identificar como os governos locais e regionais podem apoiar a realização dos ODS por meio de ações "de baixo para cima", quanto a forma como os ODS podem fornecer um arcabouço para uma política de desenvolvimento local.

Mas incorporar a Agenda 2030 no nível local pode não parecer, à primeira vista, uma tarefa simples. Contudo, há caminhos já traçados que podem apoiar esse exercício. Primeiramente, alguns trabalhos já foram feitos para apoiar os governos locais a integrar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em seus municípios.

Guias de localização dos ODS



Guia para integração dos ODS nos municípios brasileiros (CNM; PNUD) http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ Guia_para_Integra%C3%A7%C3%A3o_ dos_ODS.2017.pdf



Guia para localização dos ODS nos municípios brasileiros (CNM)
http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/ODS-Objetivos_de_Desenvolvimento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf



Roteiro para Localização dos ODS (ONUBR) https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Roteiro-para-a-Localizacao-dos-ODS.pdf



ODS Compass: Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios https://sdgcompass.org/wp-content/uploads/2016/04/SDG_Compass_Portuquese.pdf

Além disso, podemos levar em conta certas considerações que ajudam nesse processo:

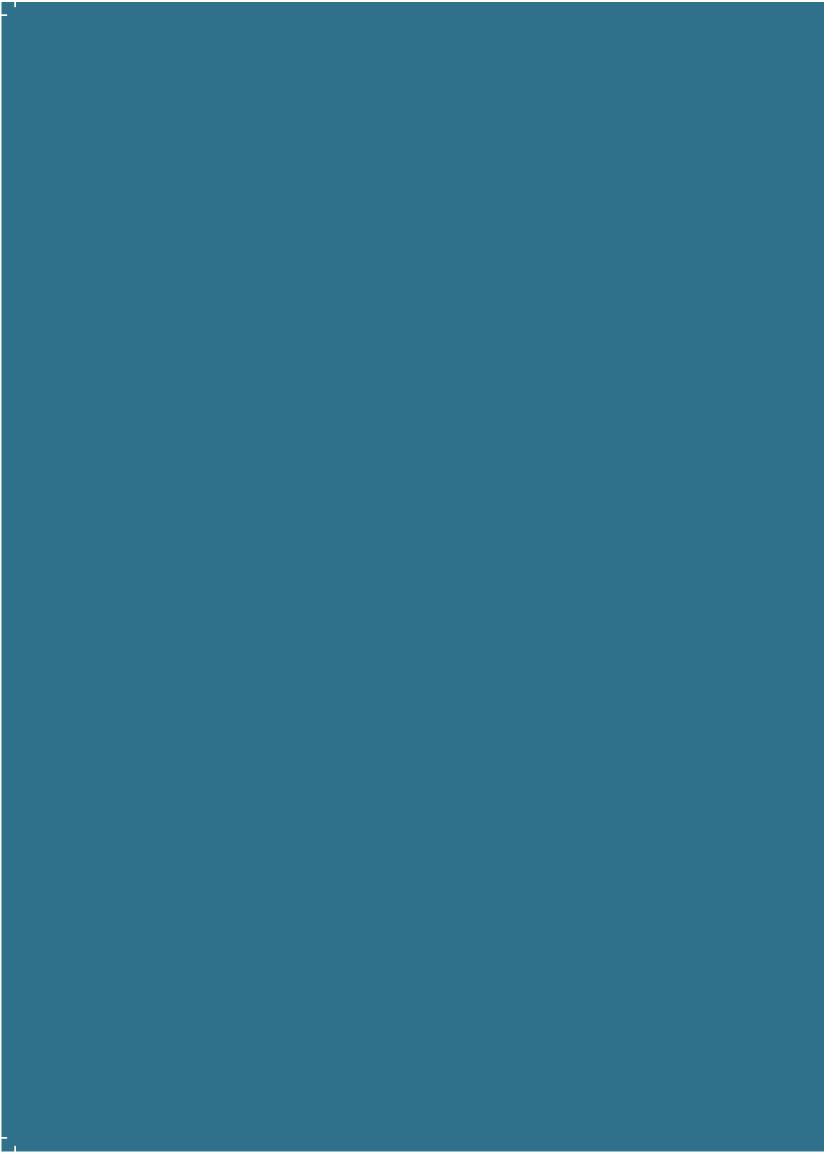
- É importante conhecer a realidade local para identificarmos de que forma os objetivos e metas da Agenda 2030 se relacionam e podem contribuir para o desenvolvimento territorial. É com isso que esse documento pretende contribuir, trazendo um diagnóstico da situação dos 54 municípios do Oeste do Paraná.
- Nesse percurso, além de levantar indicadores que se relacionam com as metas, pode-se também identificar indicadores que ainda precisam ser criados e dados a serem coletados, para que possamos ter uma melhor análise situacional.
- Integrar os ODS ao planejamento municipal seja nos Planos Plurianuais (PPA), no Plano Diretor ou em outros documentos também contribui para trabalhar de forma alinhada com a Agenda 2030. Além disso, o setor produtivo também pode incluir os ODS no seu planejamento, seja por meio dos planos estratégicos ou dos relatórios de sustentabilidade.
- Nesse contexto, vale notar que, por os ODS serem indivisíveis e integrados e por esse ser um primeiro exercício de levantamento de indicadores municipais, não dividimos o diagnóstico de acordo com os elementos da Agenda. No entanto, isso não impede que esse exercício seja feito nos municípios, como metodologia de trabalho para integração ao planejamento local.
- Esse trabalho não começa do zero. Pela abrangência da Agenda 2030, diversos temas provavelmente já estavam sendo trabalhados pelos municípios. Por isso que é recomendável identificar áreas de atuação e parcerias já iniciadas que se vinculam com os ODS e as metas.
- O trabalho de localização dos ODS não é singular a cada município ou gestão. Há questões em comum que podem ser construídas coletivamente. Em primeiro lugar, recomenda-se a criação de fóruns participativos que permitam o monitoramento da implementação dos ODS e a contribuição da população local. Também é importante a formação de mecanismos de acompanhamento e coordenação institucional, que auxiliam no desenvolvimento de um trabalho conjunto. Por outro lado, é positivo buscar apoio e parceria com governos (inclusive de diferentes municípios), organismos internacionais (como o PNUD), iniciativa privada (como a Itaipu) e outros atores que possam contribuir com essa iniciativa. Parcerias sólidas são fundamentais para o alcance do desenvolvimento

- humano sustentável, o que está inclusive expresso em uma das grandes áreas da Agenda 2030 Parcerias. Afinal, a realização da Agenda 2030 é uma tarefa de todos, não somente do poder público, e a troca de experiências e lições aprendidas torna esse processo mais rico e efetivo.
- Para tanto, não podemos nos esquecer de sistematizar as informações produzidas e as experiências vivenciadas. Isso pode auxiliar tanto a elaboração de relatórios nacionais sobre a implementação da Agenda 2030, quanto para compartilhar aprendizados com outras localidades não só do Brasil, mas do mundo todo. No Paraná, uma iniciativa nesse sentido está sendo desenvolvida. A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) desenvolveu um portal que pretende compilar boas práticas de ações para o alcance dos ODS no estado: http://www.boaspraticasods.pr.gov.br/
- Além disso, vale lembrar que nem tudo é responsabilidade dos municípios. A Agenda 2030 é ampla e abarca temas distintos, alguns dos quais são responsabilidade direta do Governo Federal e outros do Governo Estadual. Para que a Agenda seja efetiva, é importante que os três níveis trabalhem juntos, respeitando o pacto federativo e as responsabilidades de cada um.

Movimento Nacional ODS Nós Podemos, no Paraná

O Movimento Nacional ODS Nós Podemos (MNODS) vem contribuindo para os avanços das agendas globais de desenvolvimento da ONU desde 2004. Criado com o intuito de conscientizar e mobilizar a sociedade civil e o governo para atingir os ODM, o Movimento se voltou agora para o alcance do ODS, tornando-se uma importante plataforma de articulação de parcerias para esse novo desafio.

O MNODS está aberto para participação de voluntários, empresas, ONGs e governo. Conheça o Núcleo Estadual ODS Nós Podemos Paraná e envolva-se nesse desafio! Saiba mais: http://www.odsnospodemos.org/



sobre o diagnóstico

este documento

Adaptar a Agenda para o nível local é uma das primeiras tarefas que temos pela frente. Para tanto, é imprescindível conhecer nossa realidade para além de nossas percepções, utilizando também dados que temos disponíveis. Assim, poderemos identificar que metas e objetivos serão prioritários para trabalharmos e demandarão mais atenção e investimento.

Esse diagnóstico pretende apoiar o desenvolvimento local dos 54 municípios da região Oeste do estado do Paraná. Seu objetivo é sistematizar informações e dados sobre os municípios, de forma que seja possível identificar lacunas e problemas da região, desenhar ações e formas de implementação adequadas à realidade local e fazer um acompanhamento do progresso de políticas e iniciativas locais, trabalhando de maneira mais efetiva e integrada no desenvolvimento da região Oeste.

O documento que você tem em mãos trabalha então nesses dois eixos: o diagnóstico situacional sobre os municípios do Oeste do Paraná e sua vinculação com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assim, da mesma forma que a Agenda, ele está acessível a todas as pessoas e pretende contribuir no trabalho de cada um e cada uma pelo desenvolvimento.

Para tanto, foram levantados indicadores municipais que mais se adequavam às metas da Agenda 2030, identificadas ao longo do texto. Os dados apresentados foram buscados em diferentes bases oficiais, com o intuito de disponibilizar o que se tem de informação mais atual sobre cada área analisada. Nem todos os dados disponíveis são

apresentados aqui, mas a escolha dos indicadores foi feita de maneira cuidadosa, com o objetivo de mostrar o que há de mais relevante e o que se destaca para a região e para os 54 municípios.

No entanto, vale lembrar que o diagnóstico é um primeiro passo nesse caminho, fundamental para o avanço da sustentabilidade e da justiça social, mas que não acaba em si mesmo. Pelo contrário: a proposta é apontar quais são as áreas que estamos bem e quais ainda precisamos melhorar, para que juntas e juntos possamos definir em que sentido caminharemos.



Alcançar 17 Objetivos e 169 metas demanda bastante trabalho, mas nem tudo precisa acontecer ao mesmo tempo. Em primeiro lugar, algumas atribuições são de outras esferas de governo e espaços de atuação. Em segundo, alguns objetivos se relacionam mais e outros menos com seu município, o que significa que algumas áreas — como saúde, igualdade de gênero e mobilidade, por exemplo — podem precisar de mais atenção que outras, por apresentarem piores dados. O município pode, então, priorizar investimentos e trabalho para ampliar o atendimento a mulheres vítimas de violência, incluir a temática da igualdade de gênero em seus currículos escolares e aumentar o número de vagas em creches e escolas primárias públicas, por exemplo, com o intuito de promover a igualdade de gênero se este for um tema alarmante da realidade local.

No Atlas Brasil, você pode encontrar outros dados sobre seu município. Lá no site, é possível ver o perfil de cada município e ter acesso a diversos dados, entre eles o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos. E não é só para seu município – o site também traz dados de estados, regiões metropolitanas e unidades de desenvolvimento humano, áreas similares a bairros.

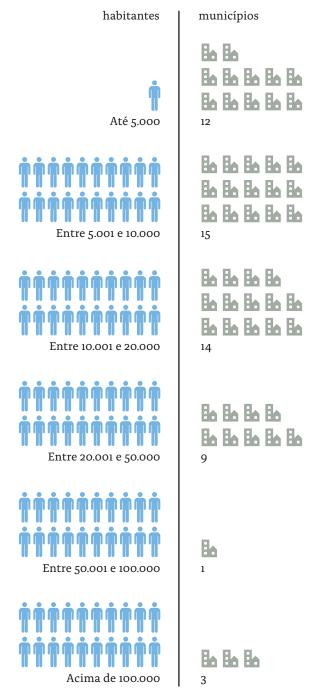
por falar em desenvolvimento

Quando falamos em desenvolvimento de um país, estamos pensando em seu desenvolvimento em diferentes setores, como, por exemplo, saúde, educação, proteção ambiental, saneamento básico, energia, entre outros, que provocam uma melhoria nas condições de vida da população, em harmonia com o meio ambiente e de maneira distribuída pelo território, permitindo que os diversos grupos sociais, de cada região, estejam inseridos nesse processo e dele sejam beneficiados.

Nesse diagnóstico, trabalharemos com três dimensões do desenvolvimento: desenvolvimento humano, sustentável e territorial (ou regional).

A partir desses elementos, podemos estabelecer que desenvolvimento queremos para a região onde vivemos, isto é, para o Oeste do Paraná. Partindo dessa ideia, o PNUD e a Itaipu têm feito reuniões participativas em cada município da região, para construir uma Agenda de Atuação Conjunta e definir coletivamente os desafios enfrentados no nível municipal.

A região Oeste do estado do Paraná tem especificidades que precisam ser levadas em consideração quando pensamos em trabalhar para o desenvolvimento local, sem perder a perspectiva das esferas nacional e global. Em primeiro lugar, a região é formada por 54 municípios que, em sua maioria, são de pequeno porte. De acordo com dados da população estimada para 2017 do IBGE, 12 municípios da região têm até 5 mil habitantes, 15 municípios têm entre 5 e 10 mil, somente 1 tem entre 50 e 100 mil e apenas três têm acima de 200 mil habitantes. Os outros 23 municípios estão na faixa de 10 a 50 mil habitantes.



Apesar da relativa pequena população, a região se destaca pela intensa produção agrícola e por abrigar um dos principais polos turísticos, hídricos e energéticos do país. Esses fatores influenciam de maneira significativa a dinâmica regional, influenciando a atividade econômica, a geração de empregos, a formação educativa das pessoas, o acesso a bens e serviços, entre outros.

Somado a isso, o Oeste também se localiza na principal região fronteiriça do país, fazendo divisa com dois países: Paraguai e Argentina. Essa característica provoca uma série de efeitos, relacionados às relações comerciais e econômicas, à cultura, a elementos da linguagem e do idioma, à segurança, à migração, isto é, a questões da integração entre os três países e suas populações de maneira geral.

O Oeste do Paraná é também importante polo educacional. A região abriga a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Instituto Federal do Paraná (IFPR), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e outras diversas instituições de ensino superior particulares.

Outro elemento importante que está presente na região e influencia sua dinâmica e a integração regional do país é a presença da Itaipu Binacional, a maior geradora de energia hidrelétrica do mundo, que abastece a produção energética de dois países – Brasil e Paraguai.

É, então, a partir dessas características e especificidades, somadas aos dados sociais, ambientais e econômicos, que devemos olhar para a região e para seu desenvolvimento. Assim, na primeira parte desse documento, focamos no diagnóstico da região Oeste do Paraná, para posteriormente nos determos às realidades municipais e olharmos também para suas especificidades.

Desenvolvimento humano

Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange às suas capacidades e às oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter.

O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para cada um exercer na plenitude seu potencial. Assim, desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam.

Desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Isso significa promover o desenvolvimento de forma ambientalmente sustentável, buscando preservar recursos naturais, habitats, fauna e flora, para que as próximas gerações não sejam prejudicadas nem tenham seus direitos violados.

Desenvolvimento humano sustentável

O que seria então desenvolvimento humano sustentável? A partir dos conceitos apresentados anteriormente, promover um desenvolvimento humano sustentável significa ampliar as liberdades das pessoas, permitindo que tenham oportunidades e condições concretas de expandir suas capacidades e escolher a vida que desejam ter, sem que isso incorra em destruição do meio ambiente e da sustentabilidade do planeta.

Também significa distribuir essa responsabilidade da preservação ambiental de forma equitativa, sem impedir o desenvolvimento humano de algumas pessoas e grupos sociais para garantir o desenvolvimento de outros e a sustentabilidade ambiental.

Desenvolvimento territorial

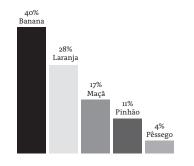
Desenvolvimento territorial – ou regional – é um processo de mudanças no nível subnacional, que visa equilibrar as disparidades entre as diferentes regiões do país, de forma a impulsionar o desenvolvimento da comunidade em questão. Esse processo está relacionado à possibilidade de as regiões se desenvolverem de acordo com suas especificidades e contexto local, não somente em termos econômicos, mas também sociais. Essa perspectiva leva em consideração ainda aqueles territórios que estão distantes de grandes conglomerados urbanos e que estabelecem atividades produtivas próprias, que geram uma série de efeitos nas condições socioeconômicas de sua população e na dinâmica de sua sociedade, ao mesmo tempo em que são afetadas por essas condições e dinâmica.

como ler esse diagnóstico

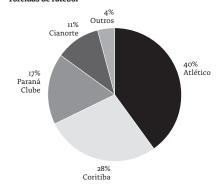
Gráficos e mapas também trazem dados e informações importantes para nosso entendimento da situação de um município. Eles facilitam a comparação com outros dados (ou com outras localidades) e transformam um dado numérico em um recurso visual, fácil de enxergar e de compreender sua dimensão.

Existem três tipos de gráficos principais, que devem ser lidos de maneiras diferentes.

Vendas de frutas na feira



Torcidas de futebol



Pluviosidade anual no Paraná

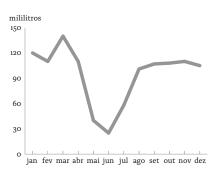


Gráfico de barras (ou colunas)

Esses gráficos, por outro lado, nos ajudam a comparar quantidades entre si. Da mesma forma, sem sabermos exatamente os números, conseguimos perceber que a banana foi a fruta mais vendida na feita do último domingo, enquanto pêssego foi a que fez menos sucesso.

Gráfico de pizza (ou torta)

Esse tipo de gráfico nos ajuda a comparar o dado que queremos analisar com o todo, com o conjunto. Por isso, usualmente ele vem acompanhado de porcentagens. Por exemplo, só de olhar para o gráfico ao lado conseguimos tirar a primeira conclusão: dentre os entrevistados, o maior número de torcedores é do Atlético, que tem o pedaço maior da pizza. No exemplo dado, as porcentagens estão destacadas, mas poderíamos chegar a essa informação mesmo se não soubéssemos dos 40%.

Gráfico de linhas

Os gráficos de linhas geralmente são utilizados para compreendermos o quanto quantidades mudaram ao longo do tempo. Por exemplo, é fácil perceber, pelo gráfico ao lado, que a quantidade de chuvas no estado do Paraná no início do ano é alta, caindo quando se aproxima de maio e, depois, subindo novamente a partir de agosto.

ATENÇÃO!

Apesar da visualização de dados ser uma maneira muito útil de ilustrar informações sobre um município, os gráficos podem ser enganosos quando não vistos com atenção.

Veja alguns detalhes importantes para ler as informações expressas em gráficos neste diagnóstico:

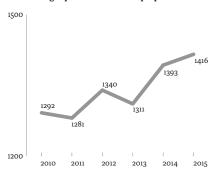
Quando a soma total não é 100%

Nem todas as informações disponibilizadas podem ser somadas e ter um resultado de 100%. Em alguns casos, como população, temos um número total de pessoas do município, que representa 100%. No entanto, quando esse número é desagregado por raça/cor, por exemplo, nem sempre a soma de branco + preto + pardo + amarelo + indígena resulta no mesmo valor de população total, porque essa é uma informação auto declaratória, o que significa que depende da resposta do entrevistado, que pode se negar a dar informação de raça/cor. Dessa forma, a pessoa será contada na população total, mas não nos dados desagregados por raça/cor. Na maioria dos casos, a quantidade de não-declarados é muito pequena, e não influencia na leitura geral do indicador.

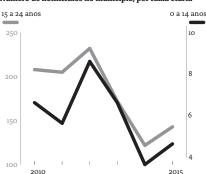
Municípios do Oeste do Paraná



Volume de água produzido no município por 1.000m³



Número de homicídios no município, por faixa etária



Mapas

Outra forma de apresentar e ler dados é através de mapas. Além de informações geográficas, os mapas podem trazer também dados que facilitam a comparação entre municípios, estados, países ou regiões. O mapa abaixo traz o IDHM de municípios do Paraná em 2010, de acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Ao olhar o mapa, é possível identificar as áreas com maior IDHM – nas cores azul (muito alto desenvolvimento humano) e verde (alto desenvolvimento humano) –, médio desenvolvimento humano (em amarelo) e com menor IDHM (em laranja, baixo desenvolvimento humano, e vermelho, muito baixo desenvolvimento humano).

Quando a escala não começa em zero

Em alguns casos, a variância dos dados é pequena, ou os valores analisados são muito altos, e começar a escala por zero deixaria as diferenças quase invisíveis no gráfico. Por exemplo, no gráfico acima, começar a escala em 1200 permitiu ter uma visualização mais interessante da variância do volume de água produzido entre 2010 e 2015.

Quando há duas escalas

Para algumas análises, optou-se por trazer duas informações em um mesmo gráfico. Nesses casos, é possível que o gráfico tenha duas escalas diferentes, uma para cada informação. Nesse exemplo nota-se que a informação é trazida em números brutos, e por isso o valor do Oeste do Paraná é muito mais alto que o valor de Ubiratã, o que fez com que o gráfico tivesse duas escalas para que as duas informações ficassem visíveis.

Por que o diagnóstico traz alguns dados antigos, de 2010, e outros mais recentes?

Para elaborar esse diagnóstico, buscamos dados confiáveis e mais recentes dos municípios da região Oeste do Paraná. Alguns foram obtidos de fontes estaduais, como os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPAR-DES), e outros foram retirados de bases de dados nacionais. Entre elas, a principal fonte é do Censo de 2010, que é aplicado a cada 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em todo o território nacional.

O Censo é uma extensa base de dados, que traz informações socioeconômicas da população brasileira e de seus domicílios, apresentando um retrato do país e permitindo comparações entre essas localidades. Contudo, como esses dados são coletados somente a cada 10 anos, buscamos dados mais recentes produzidos para os municípios da região, que possibilitam um olhar mais atual e a elaboração de um diagnóstico mais próximo da realidade local em 2017.

A coleta e produção de dados é complexa e demorada. Assim, ainda que exista um esforço local de produção de dados municipais mais recentes, nem todos os dados que gostaríamos de analisar estão disponíveis, por isso recorremos ao Censo e a outras bases de dados. E, nesse processo, também podem-se identificar dados que não foram coletados e que poderiam trazer informações relevantes para o município, a serem adotados em coletas futuras.

Aqui demonstra-se a importância de empreendimentos dessa magnitude, como a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ao provocar um olhar totalizante para a situação de municípios, estados e países, de forma sistematizada por meio de objetivos, metas e indicadores, a Agenda 2030 coloca um desafio a todos os países do mundo: fazer um diagnóstico de sua realidade, de forma consistente, com dados que demonstrem qual é a situação atual e que elementos da realidade ainda não nos é possível diagnosticar, pela inexistência de dados que fundamentem nossa análise. Além disso, são importantes para que, após identificar entraves e caminhos para o desenvolvimento, possamos medir os avanços alcançados. Por último, é importante notar que os dados são uma das melhores maneiras de conhecer a realidade, mas são o resultado de médias, o que pode esconder algumas desigualdades e não refletir exatamente a realidade. Por exemplo, a renda domiciliar per capita do Brasil em 2010 era R\$ 793,87, porém o município de São Caetano do Sul, em São Paulo, tinha uma renda de R\$2.043,74 e o município de Marajá do Sena, no Maranhão, tinha uma renda de R\$ 96,25. Quando analisamos regiões menores, esse problema das médias diminui, mas é preciso sempre estar atento para que ninguém seja deixado para trás.

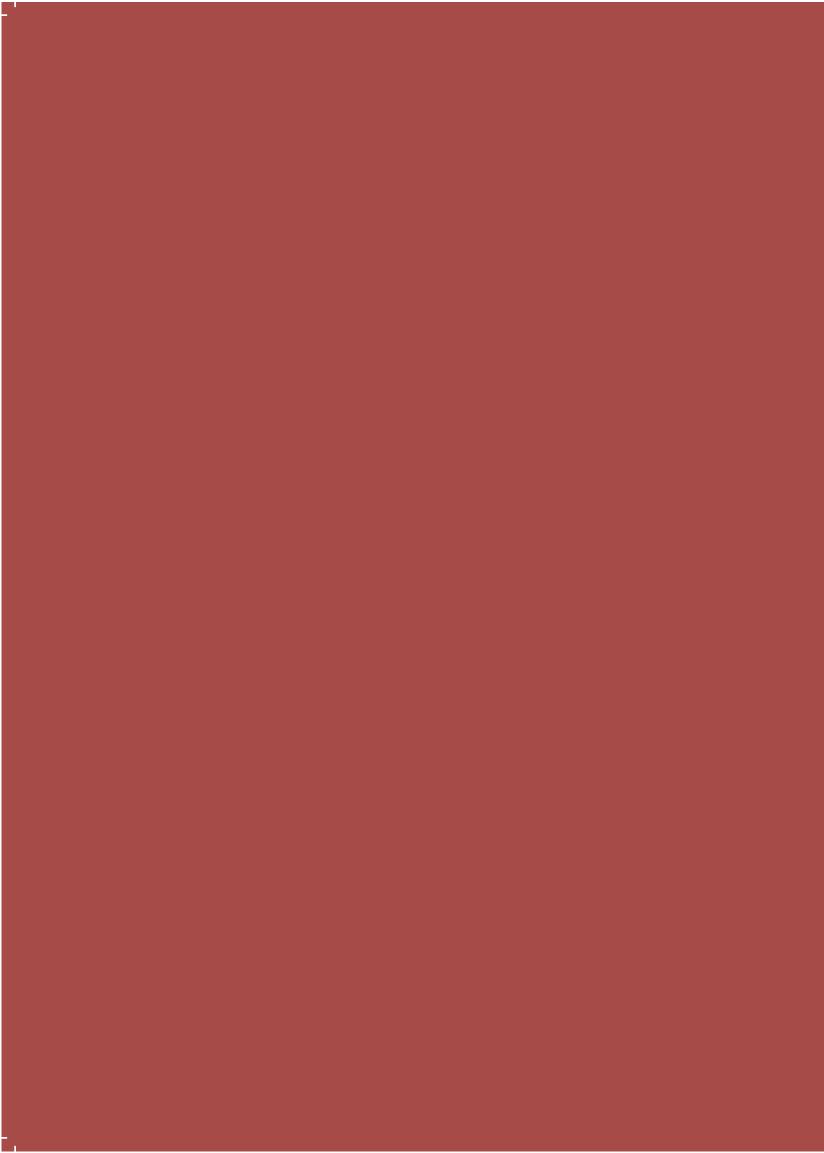
Os dados também sofrem interferências no momento da coleta. Uma pergunta mal compreendida, uma informação que foi esquecida ou confundida pelo respondente ou mesmo um dado que não informamos ao pesquisador pode distanciar os dados da realidade. Nesse caso, a situação é inversa a das médias. Quando estamos falando de dados nacionais ou de grandes medidas, esses erros e descuidos não alteram significativamente a informação que produzem. Por outro lado, quando trabalhamos no nível local, especialmente com municípios de pequeno porte, é possível encontrar distorções entre as informações produzidas pelos dados e a realidade. Por isso o planejamento local deve estar sempre baseado em dois eixos centrais: na informação disponibilizada pelos dados e na participação da sociedade, de maneira que tanto a percepção individual quanto a construção de indicadores sejam refinadas, para que assim se alcance um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e sustentável.

Os indicadores apresentados nesse diagnóstico são os indicadores oficiais dos ODS?

Não. Ainda não foi definida uma lista de indicadores nacionais para o monitoramento da implementação da Agenda 2030, algo que está sendo trabalhado pela Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Estado do Paraná está elaborando um grupo de indicadores que poderá auxiliar nesse monitoramento, no nível estadual.

Esse diagnóstico é um primeiro exercício de levantamento de indicadores internacionais e nacionais cujos dados já estão disponíveis para o nível municipal e que, por isso, possibilitaram a elaboração de uma análise situacional da região Oeste do

De qualquer maneira, os municípios podem estabelecer seu quadro de indicadores próprio, levando em consideração os dados disponíveis, as potencialidades de coleta de novos dados e as capacidades de instituições de pesquisa estabelecidas localmente.



diagnóstico da região oeste do paraná



introdução



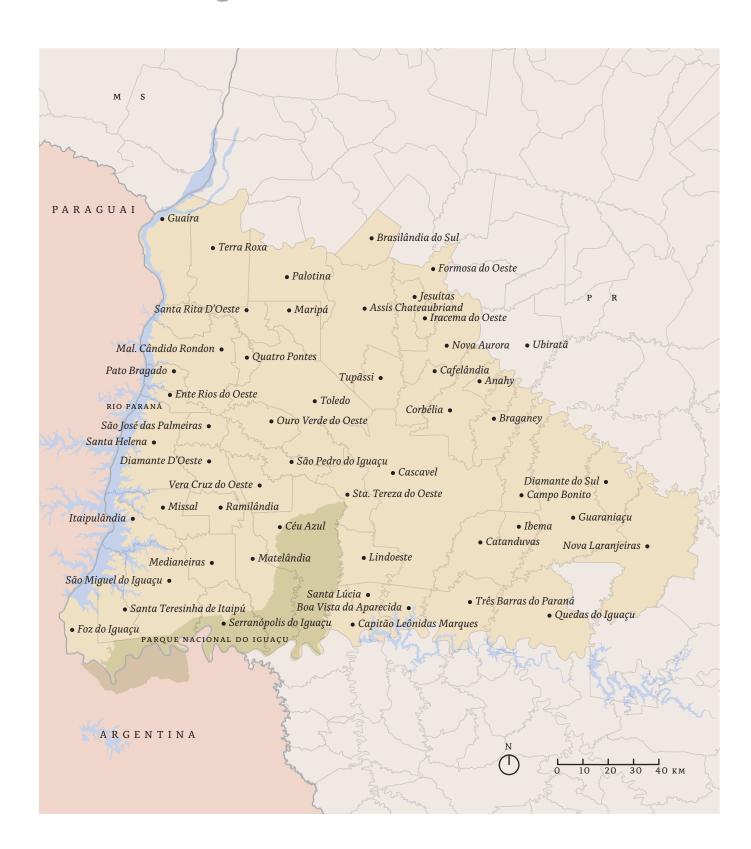
Até aqui, conhecemos um pouco mais sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir de agora, vamos olhar para os dados estatísticos da região Oeste do Paraná e de seus 54 municípios e para sua relação com os objetivos e metas da Agenda 2030.

Lembre-se que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são objetivos indivisíveis e integrados, pois é preciso trabalhar em variadas frentes para alcançarmos o desenvolvimento. Melhorias na área de educação dependem não somente da disponibilidade e qualidade do ensino e da infraestrutura das escolas, mas também de nutrição adequada às crianças, trabalho decente para seus pais e segurança para todos e todas, nas escolas, no seu entorno e nos locais de moradia.

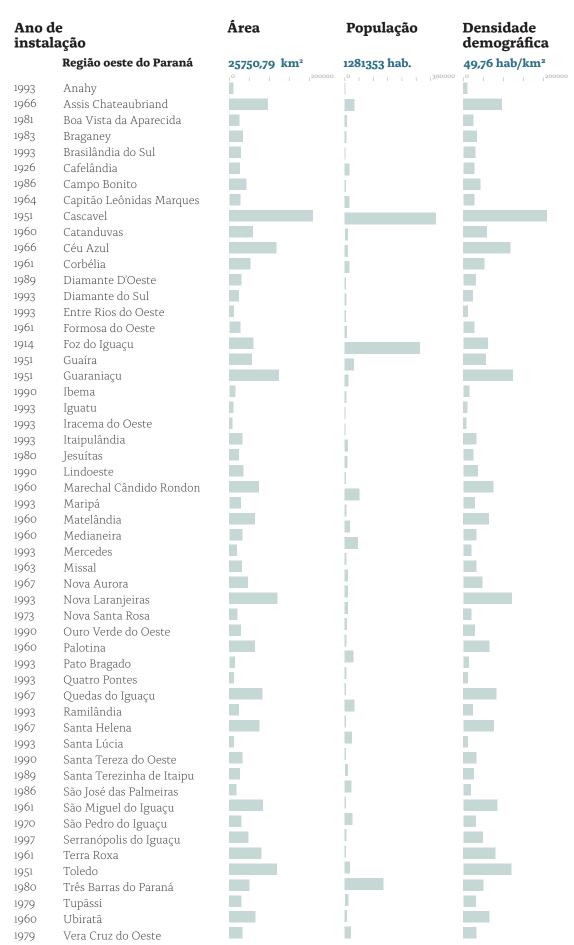
Por isso este diagnóstico foi dividido por áreas temáticas, e não por ODS. Você encontrará ODS que se repetem em algumas áreas e outras áreas que trazem mais de um ODS. Por exemplo, a área temática de Saúde agrega indicadores do ODS 2, 3 e 5. A proposta é apresentar indicadores prioritários para ações de desenvolvimento municipais. A Agenda 2030 vem para contribuir a estabelecer metas conjuntas, padrões internacionais e iluminar alguns setores relevantes que possam não estar no foco de ações sociais e políticas públicas, mas que merecem atenção.

Os indicadores escolhidos são aqueles com dados disponíveis, de fonte confiáveis e atuais para o Oeste do Paraná. Nessa fase, ainda não foi possível mapear todos os indicadores necessários para monitorar a Agenda 2030, mas os apresentados já dão um panorama importante sobre os municípios, e são centrais para o desenho de planos de desenvolvimento, para a implementação da Agenda 2030 e, principalmente, para não deixar ninguém para trás.

caracterização do território







Fonte: PNUD, IPEA, FJP, s.d. Nota: esses dados foram produzidos com base no Censo Demográfico do IBGE de 2010

dinâmica territorial

O planejamento de ações sociais e políticas públicas que visem ao desenvolvimento humano sustentável e ao alcance dos ODS, estabelecidos na Agenda 2030, depende de conhecimento da realidade da população local e da dinâmica do território. Isso engloba conhecer a área geográfica, suas áreas de proteção ambiental, de produção econômica, bem como territórios de povos tradicionais.

Para isso, é fundamental conhecer as áreas públicas que possuem territórios indígenas, quilombolas, projetos de assentamento e unidades de conservação, pois isso afeta tanto a divisão das zonas, quanto os projetos de desenvolvimento a serem implementados. Nessas áreas, há populações que precisam de proteção e respeito ao seu território, além de biodiversidade a ser preservada.

Na região Oeste do Paraná, há uma unidade de conservação federal de proteção integral, que é o Parque Nacional do Iguaçu, que abrange os municípios de Céu Azul, Matelândia, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha do Iguaçu e Foz do Iguaçu. Também há áreas menores de proteção integrais, que são unidades de conservação estaduais, em Três Barras do Paraná e Palotina.

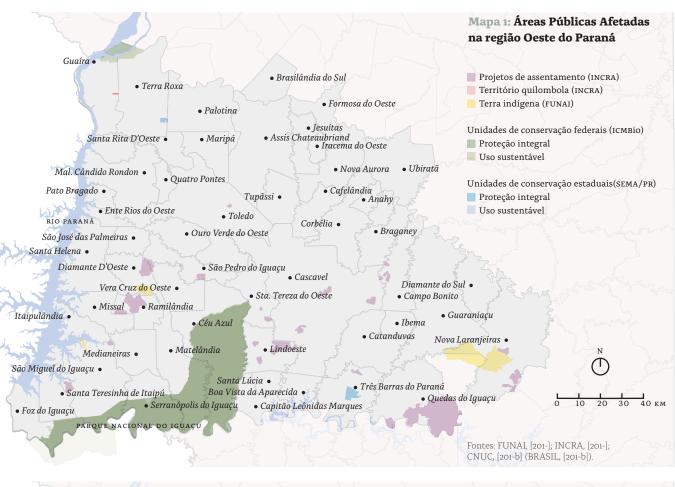
Além disso, a região conta ainda com terras indígenas, reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), e projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Dividir o território em áreas, de acordo com suas especificidades técnicas, auxilia no planejamento territorial e na compreensão de sua dinâmica. Para isso, as regiões podem dispor de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que é um instrumento de cunho técnico-científico que auxilia a gestão governamental no ordenamento do território e no planejamento.

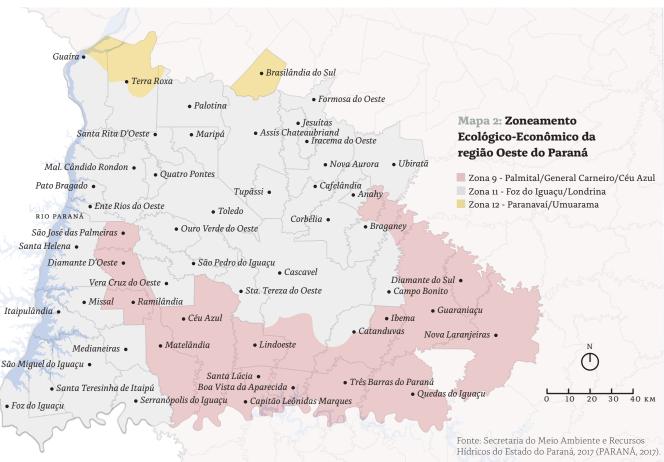
O estado do Paraná conta com um ZEE elaborado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), ligado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (SEMA/PR), no período de 2011 a 2014. Nesse ZEE, a região Oeste do Paraná abrange três zonas: Zona 9 (Palmital/ General Carneiro/ Céu Azul); Zona 11 (Foz do Iguaçu/ Londrina) e Zona 12 (Paranavaí/ Umuarama). A maior parte da região está abrangida pela Zona 11, conforme demonstra o mapa a seguir.



ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Meta 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola





Também é interessante conhecer o território pelo seu recorte de Bacias Hidrográficas. As Bacias são áreas de escoamento de um rio principal e seus afluentes. O Oeste do Paraná é dividido, de acordo com a Resolução nº 49 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de 2006, por três importantes bacias: a do Paraná 3, que está localizada na região de fronteira com o Paraguai; a bacia do Baixo Iguaçu, que está localizada na região de fronteira com a Argentina e a Bacia do Piquiri, ou Paraná 2, que está situada na região norte do Oeste do Paraná.

As cidades têm diferentes áreas de influência, que dependem de seu território, produção e atividade econômica, população, infraestrutura de transporte, entre outros. Alguns municípios têm grandes áreas de influência, que abrangem outros pequenos municípios ao redor, que deles dependem de alguma forma: seja para escoamento de produção, mobilidade intermunicipal ou acesso a hospitais, por exemplo.

Para mapear, identificar e estudar a hierarquia do espaço urbano brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou um estudo chamado Regiões de Influência das Cidades (RE-GIC), que se baseia nas informações de fluxo de informações, bens e serviços.

Cascavel é a única Capital Regional B da região Oeste do Paraná, exercendo algum tipo de influência em quase todos os municípios. Foz do Iguaçu e Toledo aparecem como Centro Sub Regional A, que têm significativa influência, mas menos que Cascavel.

O que significam as categorias que aparecem nas REGIC?

Cada categoria carrega características dos municípios relacionadas à sua população e à área de influência. No Oeste do Paraná, encontramos:

Capital Regional B: refere-se a um município cuja área de influência se dá no âmbito regional. As capitais regionais B têm uma média de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos.

Centro Sub-Regional A: refere-se a centros urbanos que apresentam atividades de gestão menos complexas, atuação mais reduzida e relacionamentos externos que usualmente se dão somente com as três metrópoles nacionais. Os centros sub-regionais A contam com média de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos.

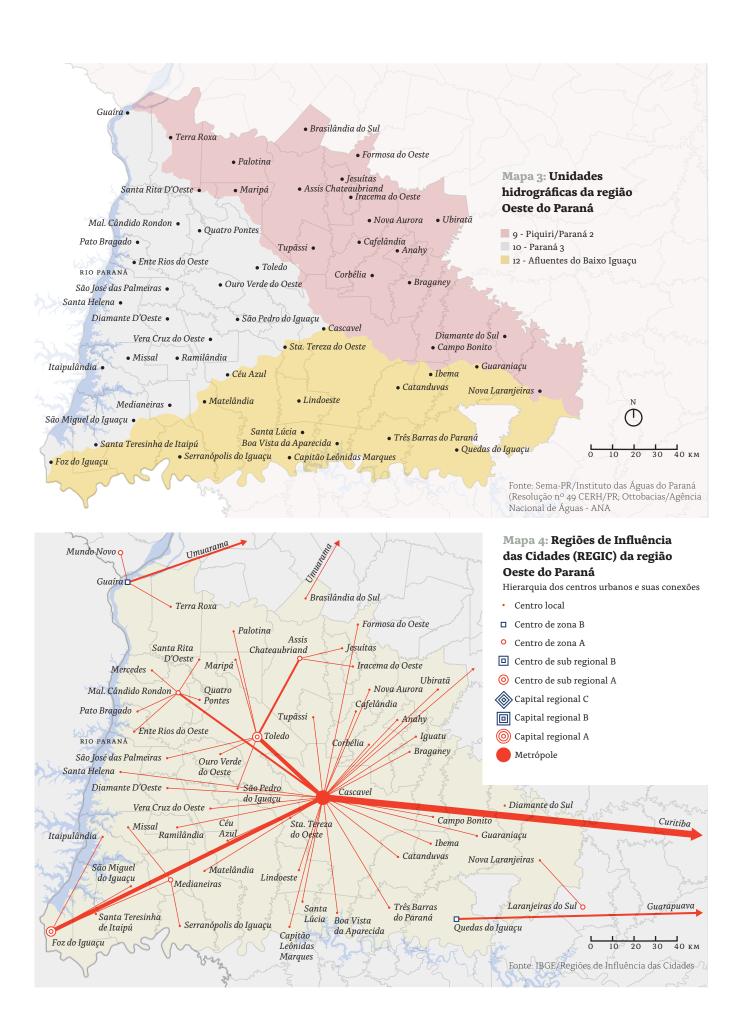
Centro de Zona A e Centro de Zona B: refere-se a municípios de pequeno porte, que exercem funções de gestão básicas. Sua atuação se restringe à área ao seu redor. Os centros de zona A têm uma média de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Os centros B têm cerca de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.

Centro Local: refere-se a municípios cuja centralidade e atuação não extrapolam seus limites de território e somente abrangem a sua população. Têm uma população inferior a 10 mil habitantes.

Para saber mais, confira a publicação do IBGE, "Regiões de Influência das Cidades", de 2007, disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf

Fonte: IBGE, 2008.





idhm

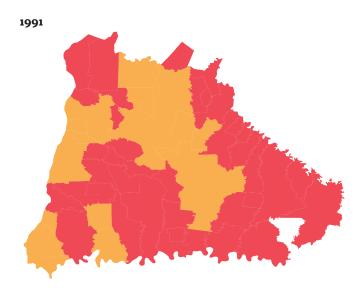
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é o resultado de um cálculo feito para medir o nível de desenvolvimento humano dos municípios, também utilizado para estados, regiões metropolitanas e Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), áreas similares a bairros. Ele conta um pouco da história das áreas geográficas em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira, de 1991 a 2010.

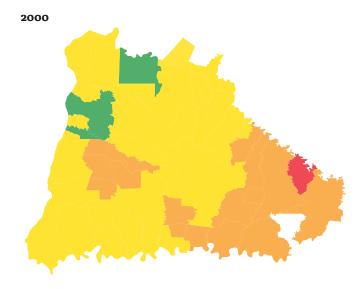
Assim, o IDHM é composto por três dimensões, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis – saúde –, de ter acesso a conhecimento – educação – e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno – renda.

É dividido em cinco faixas de desenvolvimento humano: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. Quanto mais próximo o Índice estiver de 1, maior o desenvolvimento humano do município.

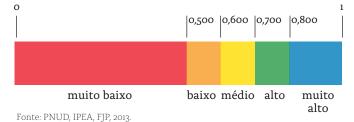
A disponibilização de um índice que agrega diferentes indicadores é positiva à medida em que possibilita acesso a informações claras e concisas sobre uma região, de maneira fácil. Isso ajuda a ter um retrato da situação da região e a compará-la ao longo dos anos ou com outras regiões do mesmo estado ou de outros.

Mapa 4: IDHM da região Oeste do Paraná em 1991, 2000 e 2010





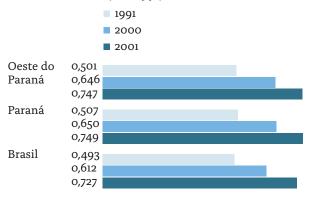
Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



2010

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, s.d.

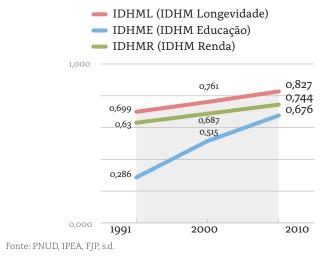
Gráfico 1: IDHM da região Oeste do Paraná, do estado do Paraná e do Brasil, em 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IPEA, FJP, s.d.

Como é possível ver no mapa, pela predominância da cor verde, a região Oeste do Paraná está na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, com IDHM de 0,747 em 2010. Em 1991, o Oeste tinha um IDHM de 0,501 e de 0,646 em 2000, o que significa que houve um crescimento anual de 2,1% nesse Índice entre 1991 e 2010. O IDHM do Oeste do Paraná está um pouco abaixo do IDHM do Paraná (0,749) e acima do IDHM do Brasil (0,727), de 2010.

Gráfico 2: IDHM da região, por dimensões (Longevidade, Educação e Renda), em 1991, 2000 e 2010



A dimensão que mais contribui para o IDHM da região é Longevidade, com índice de 0,827, seguida de Renda (0,744) e de Educação (0,676). Tanto no Oeste do Paraná quanto no estado do Paraná, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação, seguida por Longevidade e por Renda.

Se considerarmos o ranking do IDHM para o estado do Paraná, cinco municípios da região Oeste estão entre os dez municípios com maiores índices de desenvolvimento do estado: Quatro Pontes (3°), Cascavel (4°), Marechal Cândido Rondon (7°) e Palotina e Toledo, empatados em 9°, todos na faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Quatro Pontes, ainda, está entre os 100 municípios de maior IDHM do Brasil, ocupando a 62ª posição.

Além desses cinco, outros 32 municípios da região estão na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, 17 estão na faixa de Médio e nenhum está nas faixas de Baixo e Muito Baixo Desenvolvimento Humano.

do Brasil	do Paraná	da região Oeste do PR		(2010)	volvimento Humano
62° ——•	3 °	1 ⁰	Quatro Pontes	0,791	Alto
113° ——•	4 °	20	Cascavel	0,782	Alto
185° ——•	7 °	3°	Marechal Cândido Rondon	0,774	Alto
249° ——•	9°	4 ⁰	Palotina	0,768	Alto
249° ——•	9°	4°	Toledo	0,768	Alto
320 ° ——•	13 °	60	Medianeira	0,763	Alto
335 ° ——•	16 °	7°	Serranópolis do Iguaçu	0,762	Alto
350 ° ——•	17 ° ——•	80	Entre Rios do Oeste	0,761	Alto
400 ° —	21 0	9°	Maripá	0,758	Alto
526 ° ——•	29 ° ——•	10 ⁰	Foz do Iguaçu	0,751	Alto
583 ° ——•	33 °	11 ^O	Cafelândia	0,748	Alto
599 ° ——•	37 °	12 ⁰	Pato Bragado	0,747	Alto
667 ° ——•	45 °	13°	Santa Helena	0,744	Alto
764° —	54 °	14 ⁰	Mercedes	0,740	Alto
795 °	59 °	15°	Ubiratã	0,739	Alto
823 °	62 °	16°	Corbélia	0,738	Alto
823 ° ——•	62 °	16°	Itaipulândia	0,738	Alto
823 °	62 °	16°	Santa Terezinha de Itaipu	0,738	Alto
940 0	73 °	19 ⁰	Nova Aurora	0,733	Alto
965° ——	76 °	200	Céu Azul	0,732	Alto
993 ° ——	78 °	21 ⁰	Nova Santa Rosa	0,731	Alto
1021 0	83 ° ——	22 ⁰	Tupãssi	0,730	Alto
1052 ° ——	87 ° ——	23°	Assis Chateaubriand	0,729	Alto
1154 °	98 ° ——	24 ⁰	Matelândia	0,725	Alto
1191 0	105 ° ——	25°	Guaíra	0,724	Alto
1217 ° ——	108 ° ——	26°	Formosa do Oeste	0,723	Alto
1427 ° ——	152 ° ——	27 ⁰	Capitão Leônidas Marques	0,716	Alto
1486 0 ——	164 ° ——	28°	Terra Roxa	0,714	Alto
1514 0	167 ° ——	29 ⁰	São José das Palmeiras	0,713	Alto
1574 ° ——	174 ° ——	30°	Missal	0,711	Alto
1638 ° ——	184 ° ——	31°	Ouro Verde do Oeste	0,709	Alto
1696 ° — —	194 ° ——	32°	Iracema do Oeste	0,707	Alto
1756 ° ——	207 ° ——	33°	Jesuítas	0,705	Alto
1756 ° ——	207 ° ——	33°	Santa Tereza do Oeste	0,705	Alto
1776 ° ——	212 ° ——	35°	São Miguel do Iguaçu	0,704	Alto
1811 ° —	220 ° ——	36°	Iguatu	0,703	Alto
1866 ° ——	227 ^O ——	37°	Braganey	0,701	Alto
1934 ° →	239 ° ——	38°	Vera Cruz do Oeste	0,699	Médio
2059 ° ——	256 ° ——	39°	Anahy	0,695	Médio
2251 ^O ——	277 ° ——	40°	Santa Lúcia	0,687	Médio
2309 °	288 ° ——	41 ⁰	Ibema	0,685	Médio
2359 °	290 ° ——	42 ⁰	São Pedro do Iguaçu	0,683	Médio
2412 0	295 ° → ──	43°	Brasilândia do Sul	0,681	Médio
2412 °	295 ° → ──	43°	Campo Bonito	0,681	Médio
2412 0	295 °	43°	Quedas do Iguaçu	0,681	Médio
2412 0	295 °	43°	Três Barras do Paraná	0,681	Médio
2481 0	308 ° →	47°	Catanduvas	0,678	Médio
2503 °	310 °	48°	Guaraniaçu	0,677	Médio
2663 ° •—	323 ° •	49°	Boa Vista da Aparecida	0,670	Médio
2759 ° •	334 ° •	50°	Lindoeste	0,666	Médio
3222 ° •——	366 ° ←──	51°	Diamante D'Oeste	0,644	Médio
3254 ° •——	367 ° ←	52°	Nova Laranjeiras	0,642	Médio
3487 ° •——	381 ° •──	53°	Ramilândia	0,630	Médio
3957 ° •——	393 °•──	54°	Diamante do Sul	0,608	Médio

IDHM Faixa de Desen-

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, s.d.

população

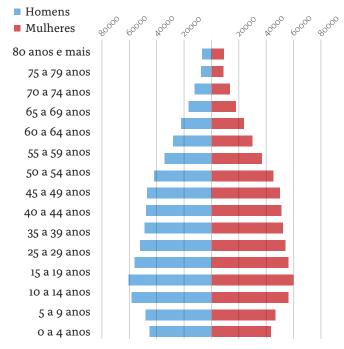
Toda ação de desenvolvimento, como estabelecido na Agenda 2030, deve ter como foco as pessoas, sua qualidade de vida e o respeito a seus direitos. Por isso, precisamos conhecer as características de nossa população quando vamos trabalhar pelo seu desenvolvimento.

Dados de população e demografia são fundamentais para conhecermos melhor uma localidade, como uma região, e para planejarmos ações sociais e políticas públicas. Além de fornecerem informações básicas sobre a região, como população total, número de homens, de mulheres, de crianças e de idosos, também auxiliam na compreensão das dinâmicas que ocorrem na região, como migração, natalidade e mortalidade.

Em 2017, estima-se que viviam 1.372.079 pessoas na região Oeste do Paraná. Entre 2011 e 2017, a estimativa é que a população do Oeste do Paraná tenha crescido a uma taxa média anual de 1,1%, enquanto no estado do Paraná essa taxa foi de 1,2%, no mesmo período. Brasilândia do Sul foi o município da região que menos cresceu nesse período (-1,2%) e Cafelândia e Itaipulândia foram os que mais cresceram (2,4%).

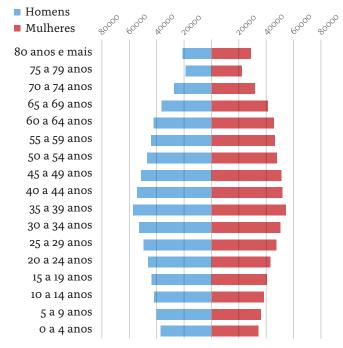
Em 2030, último ano da vigência dos ODS, projeta-se que o Oeste do Paraná tenha uma população menor do que a atual, de 1.361.594 habitantes, e com maior número de adultos e idosos que de jovens. Em 2010, a faixa etária com maior população era a de 15 a 29 anos e estima-se que, em 2030, será a de 35 a 39 anos.

Gráfico 3: Pirâmide populacional da região Oeste do Paraná, por faixa etária, em 2010



Fonte: IBGE, 2012.

Gráfico 4: Pirâmide de projeção populacional da região Oeste do Paraná, por faixa etária, para 2030



Fonte: IPARDES, s.d.

O que é projeção da população?

A projeção da população é um cálculo realizado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que estima a população de cada município e estado (Unidade da Federação) para o ano seguinte. É uma estimativa, calculada com base nos dados de mortalidade, fecundidade e migração, componentes da dinâmica demográfica, que são obtidos por meio de Censos Demográficos anteriores (nesse caso, 2000 e 2010) e de informações recentes da administração local sobre nascimentos e óbitos.

Fonte: IBGE, 2017.

Por que a projeção da população é importante?

A projeção da população, realizada anualmente, auxilia gestoras e gestores a planejarem o ano seguinte, inclusive na identificação de áreas prioritárias de investimento, como construção de creches, escolas e hospitais, e na verificação de necessidade de realocação e ampliação de serviços e pessoal de acordo com os dados populacionais. Além disso, a projeção da população também é utilizada, junto com a renda per capita de cada estado, como bases para o cálculo da transferência de recursos da União para municípios, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Isso significa que variações na projeção de população municipal e na renda per capita estadual provocam alterações na soma total que os municípios receberão do governo federal pelo FPM. Assim, conhecer o tamanho da população de um município é fundamental para o planejamento governamental, não somente em termos de serviços e infraestrutura, mas também de orçamento anual.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, 2013 (BRASIL, 2013).

Por que somos considerados brancos, pardos, pretos, indígenas ou amarelos?

As categorias de cor – branca, parda, preta, indígena e amarela – são definidas pelo IBGE e utilizadas em suas pesquisas domiciliares. O IBGE utiliza formas mistas de identificação da pertença racial, sendo por meio de auto ou heteroatribuição de pertença. Na autoatribuição, a pessoa entrevistada escolhe com qual grupo ela se identifica. Já na heteroatribuição de pertença racial, uma outra pessoa define de qual grupo o sujeito da classificação é membro. Isso acontece porque nem sempre, em pesquisas domiciliares, todas as pessoas que residem no domicílio são entrevistadas, podendo informar com que categoria se identificam. Assim, apesar de a recomendação do IBGE ser de colher os dados sem intervir nas respostas dos entrevistados, os dados de uma parcela da população não são fornecidos pelas próprias pessoas, mas sim por outros indivíduos que com elas residem e que são entrevistados – e, nesse contexto, isso também acontece com as informações sobre pertença racial.

Fonte: OSORIO, R. G., 2003.

Para compreendermos a situação de uma região, é importante olharmos não somente para a população total, mas também para esses dados desagregados em diversos recortes, por exemplo, sexo, raça/cor, pessoas com ou sem deficiência, faixa etária e situação de domicílio (rural ou urbano), entre outros. Essas informações nos ajudam a entender as mudanças pelas quais a região passou nos últimos anos e como ela se configura atualmente, contribuindo para uma compreensão mais completa e detalhada dos dados sociais, econômicos e ambientais. Os indicadores são resultados de médias e, por isso, podem esconder algumas desigualdades. A desagregação de dados permite conhecer melhor a realidade e focalizar as políticas públicas de acordo com as necessidades locais. A importância da desagregação é expressa na Agenda 2030 por meio da meta 17.18: "Até 2020, reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento, inclusive para os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais".

Uma redução significativa no número de pessoas vivendo na área rural de uma região e um aumento da população urbana pode apontar para uma série de informações relacionadas, por exemplo, à atividade econômica predominante, à necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e às demandas de acesso a equipamentos e serviços de educação e saúde em determinadas localidades.

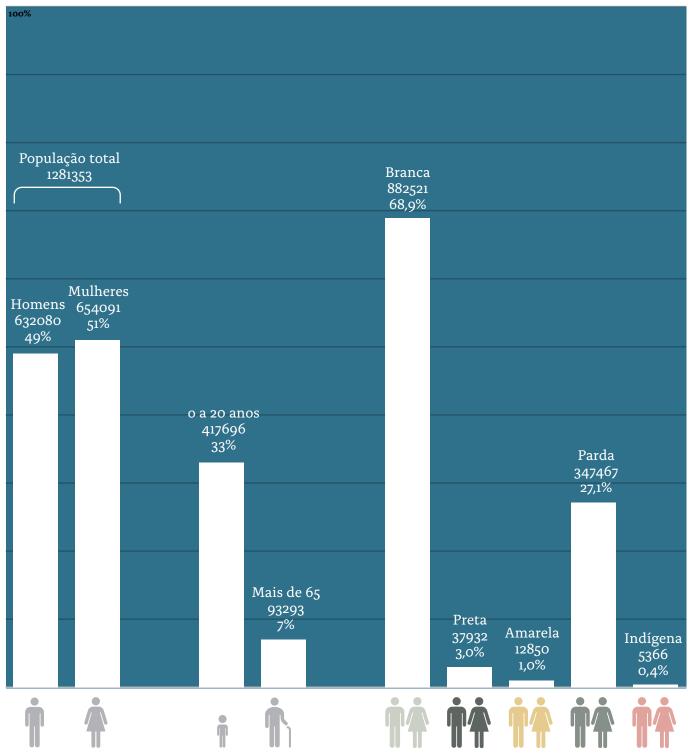
Conhecer a porcentagem da população feminina e masculina permite, por exemplo, direcionar políticas de saúde e de segurança pública para cada grupo, de forma a torná-las mais eficientes. Políticas de saúde devem levar em consideração também a raça/cor dos habitantes da cidade, pois há enfermidades e doenças crônicas que se manifestam mais em pessoas de determinada raça/cor, por exemplo, que em outras.

Infográfico 1:

População da região, total e por sexo, em 2010 Infográfico 2:

População da região, por faixa etária (de o a 20 anos e acima de 65 anos), em 2010 Infográfico 3:

População da região, por raça/cor, em 2010



saúde

Um dos direitos fundamentais de cidadãos e cidadãs é o direito à saúde, que deve ser garantido pelo município, em cooperação com o Estado e a União. Ações para melhorias nessa área asseguram uma atenção integrada, universal e equitativa e promovem saúde e bem-estar para todas as pessoas, contribuindo para avanços no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030.

MORTALIDADE INFANTIL

Além de consultas de pré-natal, a idade da mãe também é um fator que traz implicações para sua saúde e da criança. Em Assis Chateaubriand, houve 64 nascidos vivos em 2015 cujas mães eram adolescentes, de acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), isto é, tinham entre 10 e 19 anos de idade.

Gráfico 5: Número de nascidos vivos com mães adolescentes (entre 10 e 19 anos de idade), na região Oeste do Paraná, de 2010 a 2015



Fonte: IPARDES, s.d.



ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades **Meta 3.2:** Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

Meta 3.7: Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais



ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas **Meta 5.6:** Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

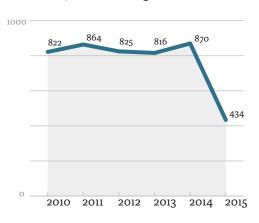
DESNUTRIÇÃO

O Cartão da Criança é um instrumento utilizado para acompanhar o crescimento da criança nos seus dois primeiros anos de idade. Com ele, é possível verificar como tem variado o peso da criança e se essa variação indica peso baixo, normal ou alto de acordo com sua idade. A taxa de crianças menores de 2 anos desnutridas indica a proporção de crianças dessa faixa etária cujo peso ficou abaixo do percentil 3 (curva inferior) da curva de peso do Cartão da Criança. Essa taxa inclui as crianças recém-nascidas (RN), isto é, que estão no primeiro mês de vida, e aquelas que tiveram peso menor que 2.500 gramas ao nascer.

A desnutrição infantil é um importante indicador sobre o estado geral da saúde de crianças e de seu crescimento. Identificar problemas de crescimento possibilitam intervenções precoces, devolvendo às crianças condições adequadas de saúde e evitando futuras doenças e danos que podem prejudicar o desenvolvimento de suas capacidades. Por essa razão, a acabar com a desnutrição é uma das metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No Oeste do Paraná, o número total de crianças menores de 2 anos desnutridas em 2010 era de 822, caindo significativamente até 2015, quando chegou a 434 crianças.

Gráfico 6: Total de crianças menores de 2 anos desnutridas na região Oeste do Paraná, de 2010 a 2015



Fonte: IPARDES, s.d.



ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Meta 2.1: Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

Meta 2.2: Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

Qual é a diferença entre taxa e número bruto (ou total)?

Os dados podem ser apresentados em taxas (como percentual e razão) ou em números brutos. Os números brutos apresentam os valores totais de determinado indicador, enquanto as taxas representam um dado em relação a outros dados ou a uma totalidade.

Por exemplo, no caso de mortalidade materna, o número bruto nos mostra o número total de óbitos de mães em determinado ano. Já a taxa de mortalidade materna (ou razão de mortalidade materna) nos apresenta o número total de óbitos maternos em comparação com o número de crianças nascidas vivas. No caso desse indicador, a taxa nos diz sobre o número de óbitos maternos a cada 100 mil crianças nascidas vivas, isto é, quantas mães vieram a óbito em comparação a quantas crianças nasceram vivas no mesmo período.

Qual é, então, a melhor forma de olhar para o dado, por taxa ou por número total?

Depende. Para fazer comparações, em geral a utilização de taxas é mais apropriada. Ela permite comparar a situação de determinado grupo com a totalidade (por exemplo, o percentual de pessoas em situação de pobreza em relação ao total de pessoas); e a situação do município com a de outras localidades (municípios e estados) ou em determinado período (como a taxa de mortalidade materna de Santa Helena em comparação à taxa do estado do Paraná ou a taxa de mortalidade de Santa Helena de 2010 a 2015). Mas, em alguns casos, é importante que ela venha acompanhada dos números

totais, especialmente quando tratamos de municípios pequenos. Com pequena população, um óbito materno, por exemplo, pode gerar uma alta taxa de mortalidade materna, que toma como base 100 mil crianças nascidas vivas naquele ano, um número muito alto de nascimentos para o município. Isso pode provocar distorções na interpretação da situação da mortalidade materna na localidade, indicando que há uma situação alarmante (ou, em outro caso, irrelevante) para ações sociais e políticas públicas.

Nos casos de números totais, comparações também são possíveis e vantajosas para a análise. Mas devem levar em consideração determinado período, e não em comparação a outras localidades. Por exemplo, o número total de óbitos maternos em Santa Helena no período de 2010 a 2015. Dessa maneira, para alguns dados, especialmente aqueles que tomam como base o tamanho da população, é importante fazer uma análise que se baseie em números brutos (ou totais) e taxas para uma melhor interpretação da situação do município.

MORTALIDADE

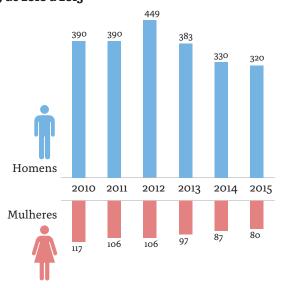
A mortalidade resultante de acidentes de trânsito é um fator que preocupa países ao redor do mundo, tornando-se um importante tema de trabalho das Nações Unidas e para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No Oeste do Paraná, o número de mortes causadas por acidentes de trânsito reduziu entre 2010 e 2015, passando de 506 mortes para 400. Em todos os anos, a maioria das vítimas eram do sexo masculino.

Em relação à faixa etária, os dados de 2015 indicaram um alto número de mortes da população jovem masculina, de 15 a 34 anos de idade, especialmente na faixa de 20 a 24 anos. As mortes de mulheres causadas por acidentes foram significativamente menores que as de homens e não se concentraram na população jovem da mesma maneira como ocorreu com os homens.

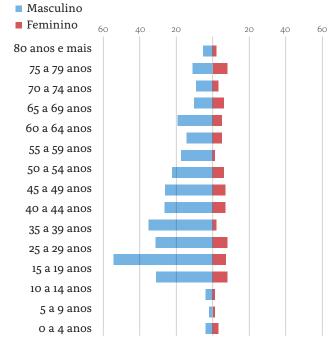
Em 2015, o maior número de mortes de homens foi da faixa de 20 a 24 anos, chegando a 54 mortes. No caso das mulheres, nesse mesmo ano, os maiores números ocorreram nas faixas de 15 a 19 anos, 25 a 29 anos e 75 a 79 anos, com 8 mortes em cada faixa etária.

Infográfico 4: Total de mortes causadas por acidentes de trânsito na região Oeste do Paraná, por sexo, de 2010 a 2015



Fonte: SIM, [201-d] (BRASIL, [201-d]).

Gráfico 7: Total de mortes causadas por acidentes de trânsito na região Oeste do Paraná, por idade e sexo, em 2015



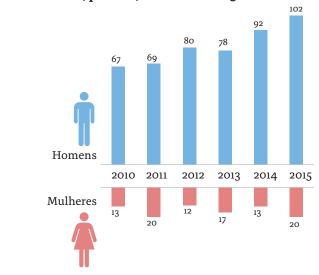
Fonte: SIM, [201-d] (BRASIL, [201-d]).

Saúde mental e bem-estar são essenciais para que as pessoas possam viver bem e desenvolver suas capacidades. Suas causas nem sempre estão relacionadas a questões pessoais e familiares, mas se relacionam com condições de vida, de emprego, de saúde, de moradia, de segurança. Condições de poluição e intoxicação do solo e de alimentos também podem provocar danos que afetam a saúde mental dos habitantes de determinada localidade. Por isso é importante conhecer os dados relacionados a essa condição e identificar possíveis causas, que não estejam circunscritas apenas no indivíduo.

Tendo as pessoas como preocupação central da Agenda 2030, sua saúde mental torna-se também um tema relevante, de trabalho multisetorial, que deve ser assegurado nos municípios.

Entre 2010 e 2015, o número de suicídios na região Oeste do Paraná cresceu, passando de 80 suicídios para 122. Em todos os anos, o número de homens foi acentuadamente maior que o de mulheres. Em 2015, ocorreram 102 suicídios de homens e 20 de mulheres.

Infográfico 5: Número total de suicídios na região Oeste do Paraná, por sexo, entre 2010 e 2015



Fonte: SIM, [201-d] (BRASIL, [201-d]).



ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades **Meta 3.4:** Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

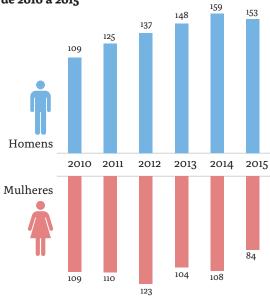
AIDS

O fim da epidemia de Aids no mundo é uma das preocupações da Agenda 2030. Para tanto, é preciso acompanhar os dados de novos casos de infecções pelo vírus HIV e de Aids, além de garantir tratamento adequado para pessoas vivendo com HIV.

O número de novos casos de Aids notificados na região aumentou de 2010 a 2015 passando de 218 para 237 casos. Os maiores valores foram observados entre 2012 e 2014. Dos 237 casos notificados em 2015, 21 eram de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos.

Em todos os anos, exceto em 2010, o número de casos de pessoas do sexo masculino foi maior que do feminino.

Gráfico 8: Números de casos de Aids por ano de diagnóstico, na região Oeste do Paraná, total e por sexo, de 2010 a 2015



Fonte: IPARDES, s.d.



Qual é a diferença entre HIV e Aids?

Muitas pessoas não sabem, mas HIV e Aids são coisas distintas. HIV é uma sigla para o vírus da imunodeficiência humana, que se espalha através de fluídos corporais (como sangue, sêmen, secreções vaginais e leite materno) e afeta células específicas do sistema imunológico. Esse vírus pode levar à síndrome da imunodeficiência adquirida, conhecida como Aids. A Aids não é, em si, uma infecção, mas sim uma síndrome de infecções e doenças que podem se desenvolver durante a evolução da infecção pelo HIV, podendo levar à morte.

Devo dizer, então, que uma pessoa tem HIV ou Aids?

HIV e Aids são coisas distintas e a manifestação do primeiro não leva necessariamente à manifestação do segundo. Ou seja, se uma pessoa "tem HIV", não significa que ela também tenha desenvolvido Aids (ou síndrome da imunodeficiência adquirida). Então a resposta é, em parte, sim, pois é preciso diferenciar o vírus da síndrome.

No entanto, dizemos "em parte" porque há termos recomendados para serem utilizados quando falamos desse tema. O uso de linguagem apropriada reduz estereótipos, ofensas e estigmatizações e trata o tema como deve ser tratado: uma questão de saúde. E "pessoa que tem HIV" ou "pessoa

que tem Aids" não são recomendados. Utilize "pessoas vivendo com HIV", "pessoa soropositiva" ou "pessoa HIV positiva" (se souber o estado sorológico). A palavra Aids pode ser utilizada apenas ao se referir a uma pessoa com diagnóstico clínico de Aids. Nesse caso, é aconselhável dizer que a pessoa foi acometida por infecções ou doenças oportunistas decorrentes da síndrome da Aids.

Para mais recomendações, acesse o "Guia de terminologia do Unaids", elaborado pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Unaids), disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf

Fonte: Unaids, s.d.



ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades **Meta 3.3:** Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

trabalho e renda

Para alcançar o desenvolvimento humano sustentável, municípios e regiões devem promover seu desenvolvimento local acompanhado por promoção do trabalho decente e geração de renda, que contribui para a redução da pobreza e da vulnerabilidade social e para a erradicação do trabalho forçado e escravo. Esses são temas relevantes na implementação da Agenda 2030.

O saldo de empregos formais é um importante indicador da situação de emprego na região. Esse saldo (S) é calculado pela diferença entre admissões (A) e desligamentos (D) de trabalhadores, isto é, o número de admissões (novas contratações) de trabalhadores menos o número de demissões, o que pode ser expresso pela fórmula: S = A - D.

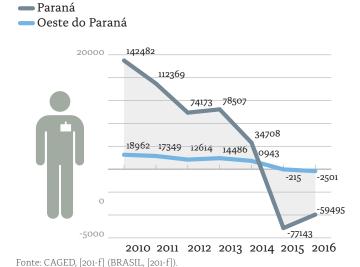
Entre 2010 e 2016, o saldo de empregos formais da região Oeste do Paraná seguiu a tendência do que ocorreu no estado. Desde 2010, o saldo de empregos formais vem caindo, tanto em Oeste do Paraná quanto no estado do Paraná. O saldo foi negativo para ambos a partir de 2015, o que significa que houve mais desligamentos que admissões.

Dados gerais apontam informações relevantes para compreendermos a situação de uma área ou população, em determinada localidade, seja município, estado ou país. Por exemplo, no caso de trabalho e renda, é importante saber quanto o trabalhador recebia por hora trabalhada em 2010 e o quanto isso mudou seis anos depois. Contudo, há diferenças, por vezes acentuadas, entre o rendimento de uma pessoa branca e uma pessoa negra, entre uma mulher e um homem, que precisam ser evidenciadas.

Como dito anteriormente, dados estatísticos desagregados, por raça/cor, sexo, situação de domicílio, faixa etária, entre outros, tornam visíveis desigualdades, contribuindo para o planejamento de ações e políticas para o setor que sejam mais eficientes. Nesse sentido, apresentamos aqui, e em todo o diagnóstico, dados gerais e, quando possível, dados desagregados.

No Oeste do Paraná, o saldo de empregos de homens e o de mulheres caíram entre 2010 e 2016, chegando a -731 empregos formais para pessoas do sexo masculino e -1770 para o sexo feminino.

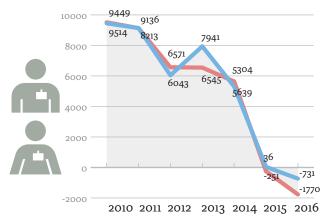
Gráfico 9: Saldo total de empregos formais no município e na região Oeste do Paraná, de 2010 a 2016



É importante notar que esse dado se refere a empregos formais, não abarcando outras formas de trabalho, como trabalhos informais e o trabalho do cuidado da casa e da família, no âmbito doméstico. Este último é majoritariamente praticado por mulheres, sem remuneração, e é maior quanto menor for a disponibilidade de serviços e de infraestrutura para o cuidado de crianças e idosos, especialmente, como creches e serviços de saúde.

Gráfico 10: Saldo de empregos da região Oeste do Paraná, por sexo, de 2010 a 2016





Fonte: CAGED, [201-f] (BRASIL, [201-f]).



ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Meta 5.4: Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais



ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Meta 8.5: Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

turismo

A região Oeste do Paraná se destaca por abrigar um dos principais polos turísticos do país, o que é muito importante para o desenvolvimento local e para a preservação do meio ambiente, contribuindo também para o alcance dos ODS e para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Mas é necessário equilibrar atrativos naturais e culturais com preservação do meio ambiente, valorização da cultura local e respeito à diversidade.

A região Oeste do Paraná abriga o Parque Nacional do Iguaçu, onde há o maior remanescente de floresta Atlântica da Região Sul do país, com rica biodiversidade de fauna e flora.

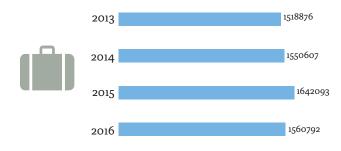
Em 2015 e 2016, o Parque Nacional do Iguaçu foi o segundo parque nacional mais visitado do Brasil, com 1.642.093 visitantes no primeiro ano analisado e 1.560.792 visitantes no segundo, atrás somente do Parque Nacional da Tijuca (2.945.355 visitantes em 20150 e 2.720.517 em 2016), no Rio de Janeiro.

Entre 2013 e 2016, o número de visitas ao Parque Nacional do Iguaçu não sofreu grandes alterações, exceto por um aumento no ano de 2015, quando chegou a 1.642.093 visitas.

Dos 1.560.792 visitantes em 2016, 53% eram brasileiros e 47% estrangeiros. O número de visitantes brasileiros prevaleceu em comparação aos estrangeiros em todo o período analisado, de 2010 a 2016.

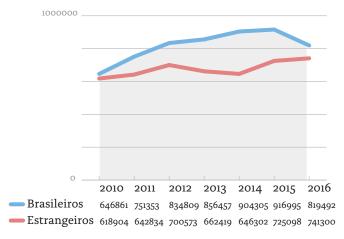
Em 2016, as visitas de brasileiros ocorreram, predominantemente, nos meses de dezembro e janeiro, enquanto as visitas de estrangeiros se dividiram entre todos os meses do ano, com menores números entre abril e junho.

Gráfico 11: Número de visitas ao Parque Nacional do Iguaçu, de 2013 a 2016



Fonte: ICMBio, s.d

Gráfico 12: Número de visitantes do Parque Nacional do Iguaçu, brasileiros e estrangeiros, de 2010 a 2016



Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, 2017 (foz do Iguaçu, 2017).



ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Meta 8.9: Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

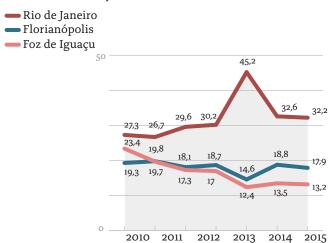


ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Meta 12.b: Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

Entre 2010 e 2016, Foz do Iguaçu vem caindo no percentual de cidades mais visitadas do Brasil. Ainda assim, ficou entre a segunda e terceira cidade mais visitada, alcançando 13,2% do total em 2016, atrás de Rio de Janeiro (32,2%) e Florianópolis (17,9%).

Gráfico 13: Percentual de cidades mais visitadas do Brasil, de 2010 a 2016



Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, 2017 (foz do Iguaçu, 2017).



Itaipu Binacional

A região Oeste do Paraná abriga a maior usina geradora de energia limpa e renovável do mundo, a Itaipu Binacional. Com atividades iniciadas em 1984, 20 unidades geradoras e 14.000 MW de potência instalada, a Itaipu fornece cerca de 15% da energia consumida no Brasil e 86% no Paraguai.

Em 2017, a produção de energia elétrica chegou a cerca de 96 milhões de MWh, pouco menos do que havia produzido em 2016, quando atingiu recorde mundial de produção anual, com 103 milhões de MWh.

A energia produzida na usina é entregue, pela Itaipu, aos pontos de conexão com o Sistema Interligado brasileiro e paraguaio. No caso do Brasil, a conexão é feita na subestação de Foz do Iguaçu, de propriedade de Furnas, que transmite a energia até os centros de consumo juntamente com a Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

A Itaipu se destaca por ser uma usina que se preocupa com a geração de energia de forma sustentável, desenvolvendo projetos e pesquisas e implementando estratégias que visem a formação de um ambiente favorável à geração de energia a partir de fontes renováveis. Além da tecnologia empregada na própria usina, a Itaipu desenvolve parcerias para o desenvolvimento sustentável da região do reservatório da usina, buscando reduzir o impacto ambiental das atividades de seu entorno, especialmente agropecuárias.

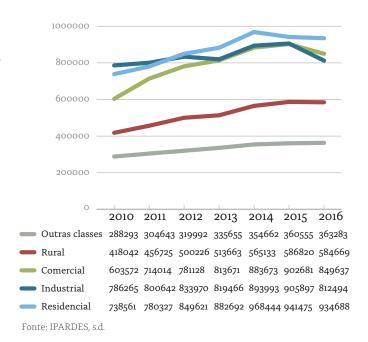
Fonte: Itaipu Binacional, s.d.

energia

Além de ser importante para o dia-a-dia das pessoas e para melhorar sua qualidade de vida, o acesso à energia é fundamental para o desenvolvimento local e regional, já que possibilita a produção industrial, rural e o comércio. É preciso, então, que a energia seja um recurso disponível e com preço acessível para todas as pessoas, como colocado pela Agenda 2030.

Em 2010, 90% dos domicílios do Oeste do Paraná tinham energia elétrica. O consumo total nesse ano foi de 3.014.691 megawatt por hora (MWh), sendo que o setor que mais consumiu foi o industrial, seguido pelo residencial. Em 2016, o setor residencial era o que mais consumia, com 934.688 MWh, seguido pelo de comércio (849.637 MWh) e depois industrial (812.494 MWh).

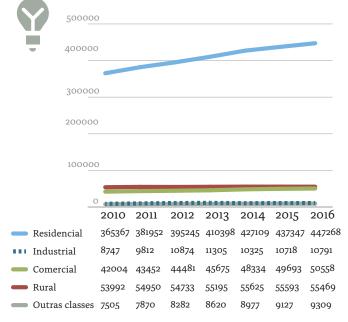
Gráfico 14: Consumo total de energia da região Oeste do Paraná, por setor, em MWh, de 2010 a 2016



O número de consumidores na região é consideravelmente maior no setor residencial que nos demais, em todos os anos analisados, de 2010 a 2016. Em seguida, está o setor rural e, em terceiro, o de comércio.

Em 2010, o setor residencial tinha 365.367 consumidores, número que passou para 447.268 em 2016. O setor industrial apresenta número menor de consumidores em comparação com todos os setores, exceto o "Outras classes". Em 2010, havia 8.747 unidades consumidoras de energia do setor industrial; em 2016, esse número chegou a 10.791.

Gráfico 15: Número total de consumidores da região Oeste do Paraná, por setor, de 2010 a 2016





ODS 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos **Meta 7.1:** Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

No entanto, o consumo médio industrial é maior que o consumo médio de todos os outros setores, entre 2010 e 2016. Em 2016, esse consumo chegou a 75,3 MWh por unidade, em comparação a 39 MWh por unidade residencial, setor que apresenta o maior número de consumidores.

Gráfico 16: Consumo médio de energia da região, por setor, em MWh por unidade, de 2010 a 2016





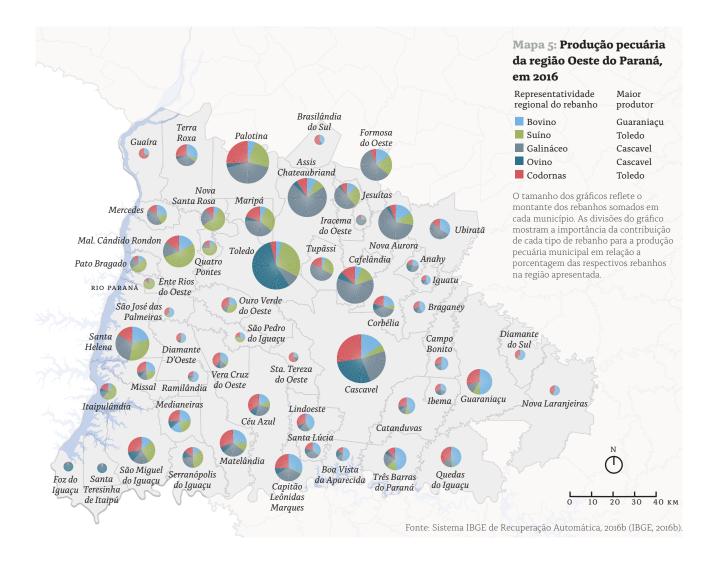
Fonte: IPARDES, s.d.

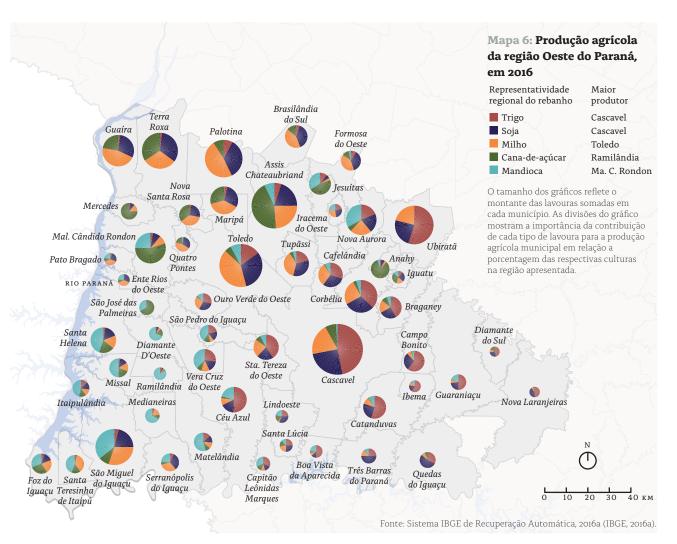
economia

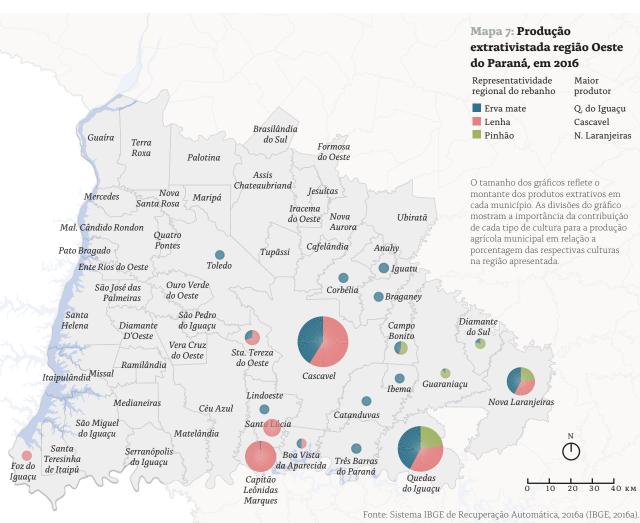
Economia é um setor estratégico para o desenvolvimento humano sustentável. Promover o crescimento econômico permite maiores investimentos em áreas que ampliam a qualidade de vida das pessoas, como saúde, educação, habitação e saneamento básico, além de ser central para o desenvolvimento local. Mas é preciso que seja sustentado, inclusivo e sustentável, levando em consideração os impactos sociais e ambientais, como estabelece a Agenda 2030, gerando empregos e aumentando a renda média da população.

Para tanto, além de conhecer as características do território ocupado, é importante também conhecer o que é produzido em suas terras e por quais municípios. Isso auxilia no desenvolvimento local e no acompanhamento da adequação da produção à área, em termos ambientais e sociais.

Todos os municípios da região Oeste do Paraná têm alguma produção pecuária e agrícola, enquanto apenas alguns se valem da produção extrativista. Em relação à produção pecuária da região, em 2016 Guaraniaçu foi o município de maior produção bovina, Toledo teve a maior produção suína e de codornas e Cascavel se destacou pelas produções de galináceos e ovinos.







A produção agrícola se destaca pela produção de trigo e de soja, cujo maior produtor em 2016 foi o município de Cascavel. Outras produções importantes são o milho, sendo Toledo o maior produtor em 2016; a cana-de-açúcar, de maior produção em Ramilândia; e a mandioca, de maior produção em Marechal Cândido Rondon, ambos em 2016.

Há apenas 19 municípios que têm produção extrativista. O maior extrativismo da região é de erva mate, lenha e pinhão, cujos maiores produtores foram Quedas do Iguaçu, Cascavel e Nova Laranjeiras, respectivamente, em 2016.



ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Meta 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

Meta 2.4: Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

Meta 2.5: Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente

Meta 2.a: Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos

Meta 2.c: Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos



ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas **Meta 5.a:** Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

agrotóxicos

Atualmente, um dos maiores desafios para a humanidade é equilibrar o desenvolvimento e crescimento econômicos com a preservação ambiental. É preciso buscar meios de construir um desenvolvimento humano que seja sustentável, protegendo os diversos biomas, com sua flora e fauna.

Por isso que a sustentabilidade é uma preocupação fundamental da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. No novo contexto mundial, a sustentabilidade tomou um lugar central para garantir qualidade de vida para as pessoas e desenvolvimento econômico.

Portanto, para avançarmos no desenvolvimento local de forma sustentada e sustentável, como coloca a Agenda 2030, é preciso levar em consideração os impactos de nossas ações e políticas para o meio ambiente e para as pessoas.

A produção agrícola se beneficia de avanços tecnológicos importantes, que auxiliam no aumento da produção e na adaptação às mudanças de temperatura, disponibilidade de água e luz solar e predadores. A utilização de agrotóxicos facilita o cultivo agrícola e auxilia no alcance de maior produtividade. No entanto, é preciso que esse uso seja controlado, pois o excesso dessas substâncias pode trazer danos para à saúde humana e para o meio ambiente, contaminando ar, solo e mananciais.

Na região Oeste do Paraná, o volume comercializado de agrotóxicos cresceu entre 2013 e 2015, passando de 25.568 toneladas para 27.437.

Gráfico 17: Volume comercializado de agrotóxicos, por tonelada, na região Oeste do Paraná, de 2013 a 2015



2013 25568,8 2014 25844,5 2015 27437,1

Fonte: ADAPAR, s.d



ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Meta 2.4: Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo



ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Meta 12.4: Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

Meta 12.5: Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

pobreza e vulnerabilidade social

Acabar com a pobreza é fundamental para redução da vulnerabilidade social das pessoas e para o alcance do desenvolvimento humano sustentável, como estabelecido na Agenda 2030. É também um dos maiores desafios enfrentados pelos municípios e estados brasileiros. Para encarar esse desafio, é importante conhecer a dimensões da pobreza – quais são seus índices, e também o padrão de desigualdade – que grupos ela atinge, de quais territórios, de qual faixa etária, entre outros recortes.

De 1991 a 2010, na região Oeste do Paraná, a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza reduziu significativamente. Em 2010, 2,1% da população e 3,3% das crianças viviam com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais. Nota-se que a proporção de crianças em situação de extrema pobreza é maior que o indicador da população total. É preciso ter atenção especial na proteção da infância para reduzir a vulnerabilidade social de um município. A criança que não tem seus direitos básicos garantidos tem grandes chances de não se desenvolver integralmente e, consequentemente não romper com o ciclo de pobreza.

A proporção de pobres da região também foi reduzida no mesmo período. Em 2010, 6,7% da população e 12,5% das crianças estavam em situação de pobreza, isto é, viviam com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais.

Além das taxas de pobreza e extrema pobreza, é importante levar em consideração também a taxa de vulnerabilidade social. Indivíduos que estão vulneráveis à pobreza são aqueles que estão mais suscetíveis a pioras em sua qualidade de vida diante de mudanças no contexto econômico e social. Como mudanças assim são frequentes, a exemplo do que tem ocorrido no Brasil, há riscos significativos de essas pessoas ficarem em situação de pobreza e terem menor acesso a saúde, educação, habitação adequada, empregos formais, entre outros. Essa situação afeta diretamente o alcance do desenvolvimento humano sustentável, por isso é uma preocupação da Agenda 2030.

No Oeste do Paraná, a proporção de adultos e crianças que estão vulneráveis à pobreza no município é maior que a taxa do estado do Paraná, o que pode fazer com que os índices de pobres e extremamente pobres voltem a crescer em anos seguintes.

Em 2010, 19,7% dos indivíduos e 33,2% das crianças da região tinham renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, o equivalente a meio salário mínimo em agosto de 2010



ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Meta 1.1: Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1.25 por dia

Meta 1.2: Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais **Meta 1.5:** Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

Infográfico 6: Proporção de pessoas e crianças em situação de vulnerabilidade social (extrema pobreza, pobreza e vulneráveis à pobreza), em %

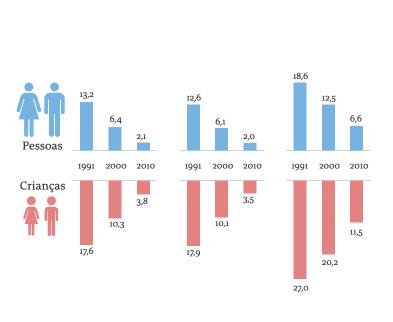
Em situação de extrema pobreza

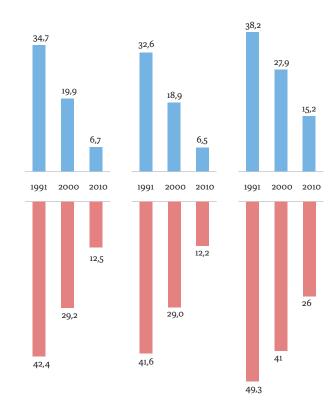
Oeste do Paraná Paraná Brasil

Em situação de pobreza

Oeste do Paraná Paraná

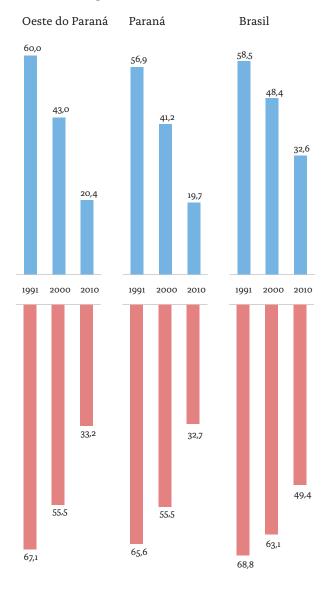
Brasil





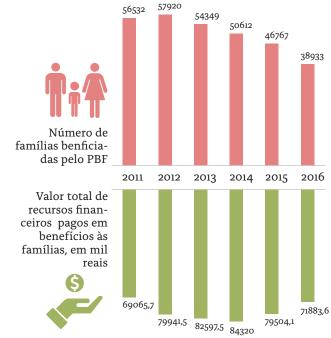
Fonte: PNUD, IPEA, FJP, s.d.





Programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), são parte de políticas para a redução da vulnerabilidade social e da pobreza de cidadãos e cidadãs. Em 2016, 38.933 famílias do Oeste do Paraná eram beneficiárias do PBF e quase 72 milhões de reais foram pagos em benefícios a essas famílias.

Infográfico 7: Beneficios repassados pelo Programa Bolsa Família: (i) Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, na região Oeste do Paraná, de 2011 a 2016; (ii) Valor total de recursos financeiros pagos em beneficios às famílias, em mil reais, na região Oeste do Paraná, de 2011 a 2016



Fonte: VIS DATA, [201-a] (BRASIL, [201-a]).



ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Meta 1.3: Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

Meta 1.a: Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

Extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza: o que significa cada categoria?

Os dados de pobreza, apresentados nesse diagnóstico, são calculados com base nos índices de pobreza e extrema pobreza definidos no Programa Bolsa Família para concessão de benefício, com valores em reais de agosto de 2010.

A proporção de pessoas em situação de extrema pobreza se refere à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. A proporção de pessoas em situação de pobreza diz respeito à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Os dados de vulneráveis à pobreza, por sua vez, levam em consideração a proporção do salário mínimo, também em reais de agosto de 2010.

A proporção de vulneráveis à pobreza concerne à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Os dados também são apresentados com um recorte de faixa etária para o grupo de crianças. Neste indicador, crianças são os indivíduos de até 14 anos de idade. A referência ao ano de 2010 em todos os dados se dá porque os dados disponíveis mais recentes são desse ano.

Quais categorias são utilizadas nesse relatório?

Existem diferentes padrões para definição de pobreza e extrema pobreza. Por ser uma meta de uma agenda de desenvolvimento global – a Agenda 2030, a meta 1.1 leva em consideração a faixa de extrema pobreza definida pelo Banco Mundial: pessoas vivendo com menos de US\$ 1.25 por dia PPP 2011. Após a assinatura da Agenda 2030, o Banco Mundial atualizou a faixa para US\$ 1.90 por dia PPP 2011. Por outro lado, como indicado anteriormente, as categorias de pobreza e vulnerabilidade social desse diagnóstico são definidas com base em cálculos nacionais.

segurança

Viver com segurança e sem medo é importante para as pessoas e gera efeitos observáveis em seu cotidiano. A violência dificulta a efetivação do desenvolvimento humano, pois impede a ampliação da liberdade das pessoas e a realização de suas capacidades. É, então, uma das preocupações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

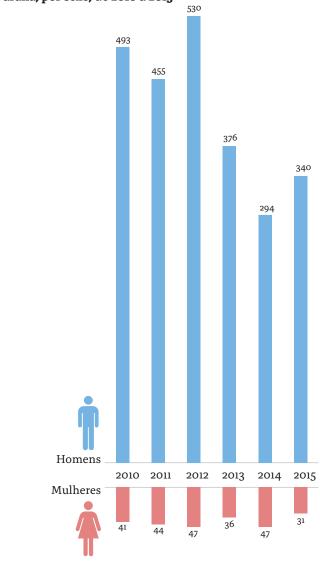
Mas a violência não é um evento isolado. Ela se relaciona a diversos fatores, como desigualdade, racismo, tráfico de drogas e pessoas, pobreza, entre outros, que também devem ser trabalhados para que a violência possa ser reduzida de maneira acentuada. Dessa maneira, a segurança deve ser considerada em todas as suas dimensões e por diferentes perspectivas, levando em consideração que os grupos sociais precisam de políticas e ações de segurança que considerem suas especificidades.

No Oeste do Paraná, o número de homicídios caiu entre 2010 e 2015, passando de 534 para 371 homicídios no período. Em todos os anos, o número de vítimas do sexo masculino é significativamente maior que do feminino.

Em relação à faixa etária, predominaram os homicídios de jovens do sexo masculino em 2015, com maiores índices entre 20 e 24 anos de idade, com 69 mortes, seguidos pelas faixas de 15 a 19 anos, 25 a 29 anos e 30 a 34 anos, que apresentaram, respectivamente, 64, 54 e 49 homicídios.

As mulheres, por sua vez, têm números consideravelmente menores. Em 2015, o maior número de homicídios de pessoas do sexo feminino, por faixa etária, foi de 8 homicídios, na faixa de 30 a 34 anos de idade. Em seguida, houve 6 mortes de pessoas entre 20 e 24 anos e 4 homicídios de mulheres da faixa de 15 a 19 anos.

Gráfico 18: Número de homicídios na região Oeste do Paraná, por sexo, de 2010 a 2015



Fonte: DATASUS, [201-c] (BRASIL, [201-c]).



ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis **Meta 16.1:** Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

A violência atinge as pessoas de maneira diferenciada e isso pode variar de acordo com a raça/cor das pessoas, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, local em que vivem e faixa etária, por exemplo.

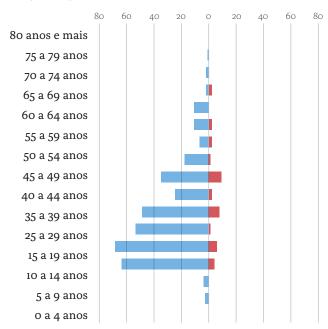
Mulheres, em geral, apresentam índices mais baixos como vítimas de homicídio que homens. No entanto, dados indicam altas taxas de violência contra as mulheres que se dão no âmbito doméstico. Estima-se ainda que esses índices estejam ainda abaixo do que acontece efetivamente, tendo em vista a subnotificação de casos de violência, por se tratarem de violência entre cônjuges, familiares e por envolverem medo das vítimas mulheres de retaliações a si mesmas ou a seus filhos e familiares.

Pessoas negras correm mais risco de serem vítimas de violência e homicídio que pessoas brancas. Para que essa situação seja enfrentada, é crucial enfrentar o racismo e suas expressões, cujo efeito mais violento é o homicídio.

No Oeste do Paraná, essa realidade é menos visível. Em 2015, o número de homicídios de pessoas brancas foi de 270, em comparação a 94 homicídios de pessoas negras. Ainda assim, a população branca (68,6%) da região é expressamente maior que a população negra (3% preta e 27% parda).

Gráfico 19: Número de homicídios na região Oeste do Paraná, total e por sexo, em 2015

- Masculino
- Feminino



Fonte: DATASUS, [201-c] (BRASIL, [201-c])

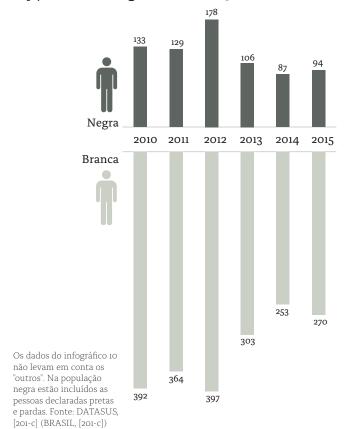


ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Meta 5.2: Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

Meta 5.c: Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Gráfico 20: Número de homicídios no município, por raça/cor branca e negra, de 2010 a 2015



A violência também atinge grupos de diferentes faixas etárias de forma distinta. Em geral, jovens são mais acometidos por atos violentos que pessoas idosas, sendo também mais vítimas de homicídios.

No Oeste do Paraná em 2015, o número de homicídios de pessoas brancas foi de 270, em comparação a 94 homicídios de pessoas negras. Ainda assim, a população branca (68,6%) da região é expressamente maior que a população negra (3% preta e 27% parda).

Discriminação por orientação sexual e identidade de gênero também são causas de violência. No entanto, isso é difícil de ser verificado estatisticamente, uma vez que não há dados oficiais para essa informação. Isso não significa que isso não é um problema: organizações e movimentos sociais vinculados à causa LGBT produzem dados sobre violência contra pessoas LGBT que indicam que houve um aumento nesses números, com o maior índice em 2017. Especificamente em relação à identidade de gênero, estima-se que o Brasil seja o país que mais mata travestis e transexuais no mundo.

Por isso, aprimorar a coleta de dados e a produção de indicadores oficiais é importante, pois nos dá uma maior clareza em relação ao que acontece em nosso município e de que forma interfere na vida das pessoas.

Gráfico 21: Número de homicídios no município, por faixa etária, de 2010 a 2015



Fonte: DATASUS, [201-c] (BRASIL, [201-c]).



Como o Brasil está enfrentando a violência contra a mulher?

O Brasil foi um dos países pioneiros no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito de sua legislação, através da promulgação da Lei Maria da Penha (lei nº 11.340, de 2006). Em 9 de março de 2015, foi sancionada a lei 13.104/15, conhecida como "Lei do Feminicídio", que inclui mais uma categoria de homicídio qualificado no Código Penal brasileiro: o feminicídio, expressão mais grave de violência contra as mulheres. Feminicídio, nesse caso, se refere a crimes de assassinato cometidos contra a mulher motivados por sua condição de mulher. A lei reconhece que os homicídios podem decorrer de: (i) violência doméstica e familiar; e (ii) menosprezo e discriminação da mulher por razões do sexo feminino. A lei do feminicídio enfrenta diretamente a violência doméstica e familiar, na esfera legal, e tem um papel importante na compreensão da população sobre a gravidade desse tipo de crime. Historicamente, no Brasil e no mundo, as mulheres têm sofrido violências – estupros, tortura, mutilações genitais, abuso sexual, exploração e escravidão sexual, entre outros. E esse é somente um dos efeitos da desigualdade de gênero. Enfrentar essa desigualdade é desafiador, mas necessário. E o enfrentamento deve ser feito por todos e todas, não somente pelo poder público, para que assim tenhamos resultados mais efetivos e imediatos.

E a violência contra a população negra?

No Brasil, sete em cada dez pessoas assassinadas são negras. Na faixa etária de 15 a 29 anos, são cinco vidas perdidas para a violência a cada duas horas. De 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve queda de 12% para os não-negros, entre os negros houve aumento de 18,2%.

Frente a esses dados preocupantes, a ONU Brasil lançou, em 2017, a campanha Vidas Negras, no âmbito da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). A campanha tem como objetivo ampliar a visibilidade do problema da violência contra a juventude negra no país.



Saiba mais: https://nacoesunidas.org/campanha/vidas-negras/



Conheça o "Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas", que apresenta definições dos termos e conceitos presentes na redação do ODS 5 e suas metas.

Esse é o primeiro glossário lançado pela ONU Brasil. Os glossários têm como objetivo apresentar, de forma qualificada e propositiva, definições internacionalmente acordadas, bem como aquelas observadas como mais pertinentes à realidade brasileira, dos termos e conceitos contidos na redação das 169 metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Além do glossário do ODS 5, também já foram lançados glossários referentes ao ODS 6, "Água potável e saneamento", ODS 9, "Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação", e αο ODS 13, "Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos". Outros glossários estão sendo desenvolvidos e todos estarão disponíveis na página do PNUD: http:// www.br.undp. org/content/brazil/pt/ home/library/ods/



O que significa LGBT?

LGBT é uma sigla que se refere às pessoas léshicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Há poucos anos, a ONU, assim como outras organizações que já o tinham feito antes, adotou a letra I à sigla, passando a se referir a LGBTI. "I" se refere a intersex, termo relacionado a pessoas que nascem com características sexuais físicas ou biológicas que não se encaixam nas definições típicas de masculino e feminino.



Como podemos agir contra a discriminação à população LGBT?

O enfrentamento à discriminação motivada por orientação sexual ou identidade de gênero é fundamental para a redução da mortalidade da população LGBT e para que possam gozar de seus direitos. A discriminação não leva apenas à violência física e letal, mas também dificulta uma série de acessos, como ao emprego formal, a atendimento de saúde e à educação, dado que dificulta a permanência de jovens LGBT nas escolas, A saúde mental da população LGBT também é uma grande preocupação.

Pensando nessa situação, a ONU lançou, em 2013, a campanha Livres & Iguais.



A Livres & Iguais é uma campanha de informação pública da ONU, global e sem precedentes, com o objetivo de promover a igualdade de direitos e o tratamento justo das pessoas LGBTI.

No Brasil, a campanha foi lançada em 2014 e, desde então, tem reforçado o posicionamento da ONU a favor dos direitos das pessoas LGBTI e implementado atividades em parceria próxima com ativistas, redes e organizações da sociedade civil. Saiba mais: www.unfe.org/pt-pt/

representação política

Os espaços de representação política, como prefeitura e câmara de vereadores, são espaços onde ocorrem importantes debates e decisões políticas, que afetam diretamente a vida de cidadãs e cidadãos. As pessoas eleitas para ocuparem os cargos de prefeito(a), vice--prefeito(a) e vereador(a) devem representar a população do município nesses espaços, ou seja, tomar decisões de acordo com os interesses e as necessidades da população. No entanto, interesses e necessidades variam de acordo com diversos fatores, entre eles sexo e raça/cor. Por exemplo, a iluminação pública de uma cidade é uma demanda mais importante e urgente para mulheres do que para homens, uma vez que ruas bem iluminadas contribuem para evitar não somente violência contra o patrimônio (como roubos e furtos), mas também agressões físicas e violência sexual, enfrentadas majoritariamente por mulheres. Ainda, pessoas negras usualmente utilizam mais ônibus e metrô que pessoas brancas, além de residirem em bairros mais distantes do centro das cidades. Assim, investimento em transporte público é uma necessidade maior para essas pessoas.

Nesse contexto, mesmo que representantes políticos busquem atender às necessidades de todas e todos, a eleição de pessoas de diferentes raças, sexos, idades, condições socioeconômicas, entre outros, garante um debate diverso e maior representatividade de interesses e necessidades. Além disso, provoca mudanças positivas nas instituições, na cultura e no entendimento que cidadãos e cidadãs têm da política, pois mostra que esses espaços são de todas as pessoas.

Como estabelecido na Agenda 2030, é preciso não deixar ninguém para trás. Por isso, é fundamental olhar também para causas da desigualdade e para mecanismos para sua erradicação.

Na gestão de 2017 a 2020, a prefeitura e a vice-prefeitura dos municípios da região Oeste do Paraná são majoritariamente ocupadas por homens, ainda que a maioria da população da região seja de mulheres (51%).

Dos 54 chefes do Executivo, 52 são homens (96,3%) e apenas 2 são mulheres (3,7%). Em relação aos vice-prefeitos, os números não são muito diferentes: 50 são homens (92,6%) e 4 são mulheres (7,4%).

No Legislativo (Câmaras Municipais), há 532 vereadores no total, dos quais 461 são homens e apenas 71 são mulheres, que representam 13,3% do total de

Gráfico 22: Percentual de prefeitos dos municípios da região Oeste do Paraná, por sexo, da gestão 2017-2020

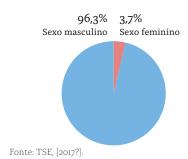


Gráfico 23: Percentual de vice-prefeitos dos municípios da região Oeste do Paraná, por sexo, da gestão 2017-2020

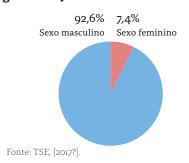


Gráfico 24: Percentual de prefeitos dos municípios da região Oeste do Paraná, por sexo, da gestão 2017-2020





ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas **Meta 5.5:** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública **Meta 5.c:** Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da iqualdade de gênero

e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Gráfico 25: Percentual de vereadores dos municípios da região Oeste do Paraná, por raça/cor, da gestão 2017-2020

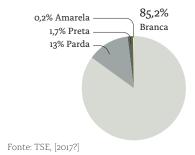


Gráfico 26: Número de vereadores dos municípios da região Oeste do Paraná, por raça/cor, da gestão 2017-2020

o Indígena

1 Amarela

69 Parda

9 Preta

453 Branca

vereadores. Em 14 municípios, 100% dos vereadores são homens.

No que se refere à raça/cor, os cargos do Executivo e do Legislativo da gestão 2017-2020 são predominantemente ocupados por pessoas brancas, em todos os 54 municípios da região Oeste do Paraná.

Dos 54 municípios, apenas 3 têm prefeitos pardos (5,6% do total), sendo que os outros 51 municípios têm prefeitos brancos (94,4%). No cargo de vice-prefeito, a diversidade é um pouco maior: 47 vice-prefeitos se autodeclaram como pertencentes à raça/cor branca (87% do total), 6 à parda (11,1%) e 1 à amarela (1,9%). Ainda assim, apesar dessa diversidade um pouco maior, a discrepância em relação às características da população é grande, principalmente no que se refere a pessoas brancas e negras: 68,6% da população é branca, 27% parda e 3% preta.

Em relação aos cargos do Legislativo, dos 532 vereadores, nenhum é indígena e apenas 1 se autodeclara como pertencente à raça/cor amarela.

Em 20 municípios, 100% dos vereadores são brancos. Os únicos municípios que têm maioria parda ou preta são Assis Chateaubriand (61,5% parda e 7,7% preta, contra 30,8% branca) e Ouro Verde do Oeste (55,6% parda contra 44,4% branca). A menor representação no Legislativo é indígena, seguida por amarela e preta.

Se cruzarmos as informações de sexo e raça/cor, verificamos que 50 prefeitos são homens brancos, 2 são homens pardos, 1 é mulher branca e 1 é mulher parda. A diversidade um pouco maior se repete para o cargo de vice-prefeito, mas ainda assim homens da raça/cor branca predominam, com 80% dos cargos. O mesmo ocorre nas câmaras municipais, com mais diversidade, mas ainda com predomínio de homens da raça/cor branca, chegando a 73,5% do total e a 100% em 4 municípios (Boa Vista da Aparecida, Formosa do Oeste, Ibema e Pato Bragado).

Gráfico 27: Percentual de prefeitos dos municípios da região Oeste do Paraná, por sexo e raça/cor, da gestão 2017-2020

Fonte: TSE, [2017?].

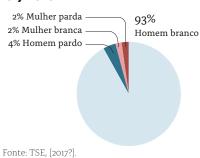


Gráfico 28: Percentual de vice-prefeitos dos municípios da região Oeste do Paraná, por sexo e raça/cor, da gestão 2017-2020

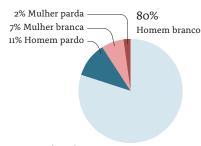
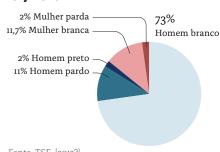


Gráfico 29: Percentual de vereadores dos municípios da região Oeste do Paraná, por sexo e raça/cor, da gestão 2017-2020



Fonte: TSE, [2017?]. Fonte: TSE, [2017?].

refúgio

Como percebemos, trabalhar localmente é fundamental para o desenvolvimento humano sustentável e para a realização da Agenda 2030. Mas em alguns lugares é mais desafiador que em outros. Há países que vivem conflitos, que precisam de ajuda humanitária, e que enfrentam graves violações de direitos humanos, razão pela qual seus habitantes muitas vezes buscam asilos em outros países. Para não deixar ninguém para trás, como estabelece a Agenda 2030, é preciso acolher essas pessoas e garantir que tenham seus direitos respeitados, assim como a população nacional.

Desde 2010, tem aumentado o número de refugiados no mundo, o que se refletiu em um aumento do número de solicitações de refúgio no Brasil.

Entre 2012 e 2016, aumentou significativamente o número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado na região Oeste do Paraná, passando de 2 solicitações em 2012 para 202 em 2016. Essas solicitações são feitas em unidades da Polícia Federal, que, na região Oeste, estão localizadas em Foz do Iguaçu e em Guaíra.

Os cinco maiores números de solicitações, em 2016, foram de pessoas cuja nacionalidade era Bangladesh, Líbano, Síria, Haiti e Índia.

Em 2013, 2014 e 2015, houve os maiores números, de 521 solicitações, 604 e 530, respectivamente. Em todos os anos, os números de pessoas do sexo masculino foram significativamente superiores que do feminino. Em relação à faixa etária, houve predominância de solicitantes de 25 a 34 anos de idade, em todos os anos analisados, seguido por 35 a 44 e 19 a 24 anos (exceto em 2013, quando houve mais solicitações de pessoas de 19 a 24 anos que de 35 a 44).

Quem são os refugiados?

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, adotada em 1951, são refugiados as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa.

Posteriormente, definições mais amplas passaram a considerar como refugiados as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

O que é solicitação de reconhecimento da condição de refugiado?

Solicitação de reconhecimento da condição de refugiado é quando uma pessoa, que se encontra fora de seu país pelas condições descritas, solicita que sua condição de refugiada seja reconhecida pelo país onde ela está — no nosso caso, pelo Brasil — e, portanto, possa gozar do seu direito de asilo seguro.

No Brasil, os mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados são regulamentados pela lei 9.474, de 22 de julho de 1997.

Então esses são os números de refugiados que vivem na região Oeste do Paraná?

Não. Esses números dizem respeito apenas às pessoas que solicitaram o reconhecimento de sua condição de refugiado nas unidades da Polícia Federal dos municípios do Oeste do Paraná.

Essas pessoas não necessariamente já foram reconhecidas como refugiadas, nem necessariamente vivem no local onde fizeram a solicitação.

Fonte: ACNUR, s.d.

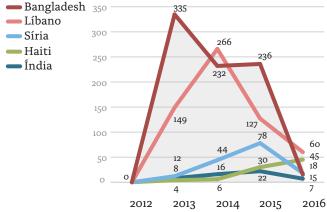


ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Meta 10.2. Até 2020, empoderar e promover a inclusão social econômica e política de todos in

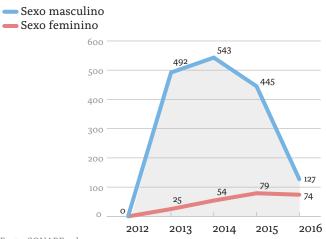
Meta 10.2: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

Gráfico 30: Número de solicitações de refúgio nas unidades da Polícia Federal dos municípios da região Oeste do Paraná, de 2012 a 2016, de pessoas de nacionalidades de Bangladesh, Líbano, Síria, Haiti e Índia



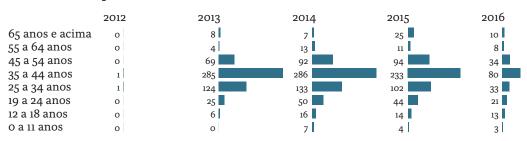
Fonte: CONARE, s.d.

Gráfico 31: Número de solicitações de refúgio nas unidades da Polícia Federal dos municípios da região Oeste do Paraná, por sexo, de 2012 a 2016

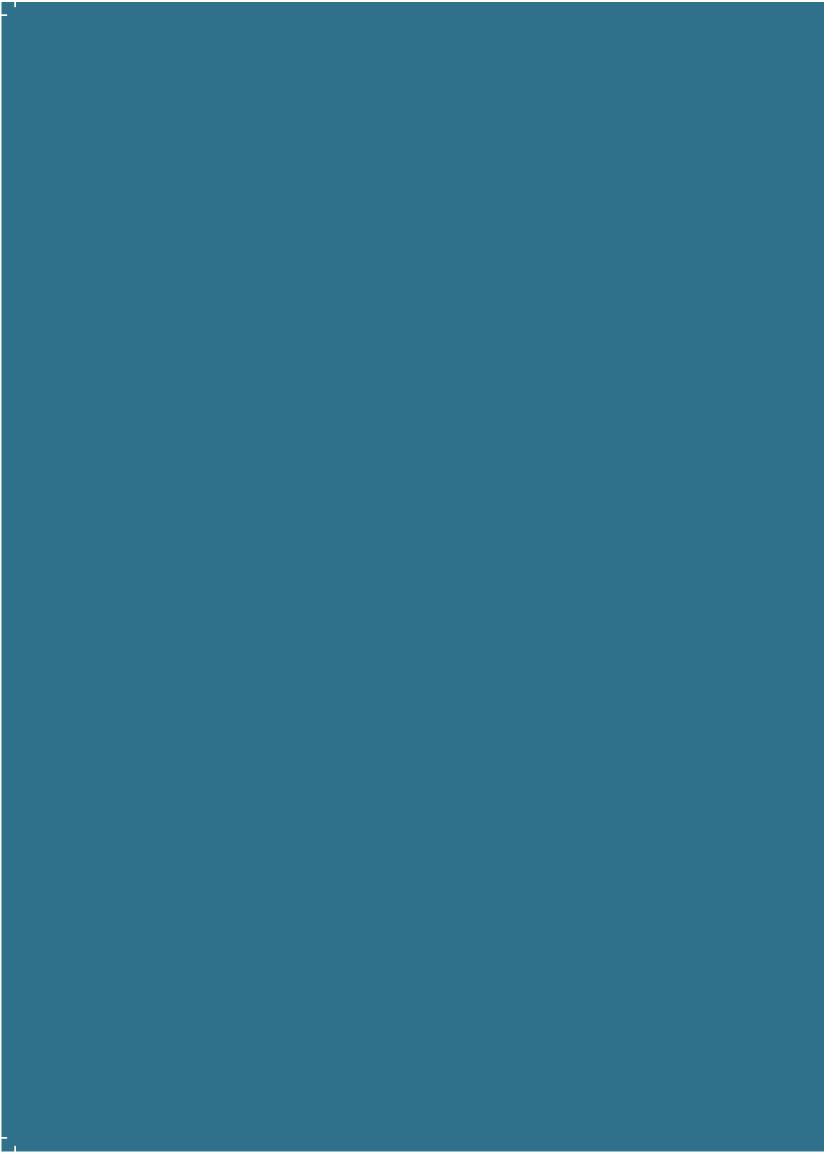


Fonte: CONARE, s.d.

Gráfico 32: Número de solicitações de refúgio nas unidades da Polícia Federal dos municípios da região Oeste do Paraná, por faixa etária, de 2012 a 2016



Fonte: CONARE, s.d.



considerações finais

O conjunto de indicadores apresentados por este diagnóstico é o resultado de um primeiro exercício de montagem de um painel de indicadores ODS, a princípio com dados que estão mais facilmente acessíveis para o nível municipal. Por isso, nem todos os ODS foram mensurados, bem como alguns indicadores não diretamente vinculados à Agenda 2030 foram incluídos para apoiar a análise do desenvolvimento local. No entanto, o conjunto de indicadores apresentados já permite observar algumas tendências em relação aos ODS para a região Oeste do Paraná.

Em linhas gerais, pode-se dizer que há avanço em termos do ODS 1, com uma importante redução dos percentuais de extrema pobreza, pobreza e vulneráveis à pobreza na região Oeste do Paraná. A região apresenta um percentual de extrema pobreza de 2,1% em 2010, menor do que o Brasil, mas um pouco maior do que o percentual do estado do Paraná (2,0%). A mesma situação se repete nos casos de pessoas em situação de pobreza e vulneráveis à pobreza. Os municípios da região deverão erradicar a pobreza extrema até 2030 para cumprir a meta 1.1 da Agenda 2030.

Sobre o ODS 3, a meta 3.3 trata de epidemias como a AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais e foi analisada por meio do número de incidência de AIDS por ano de diagnóstico. A região apresentou um aumento no número de novos casos, de 218 em 2010 para 237 em 2015, sendo que a maioria dos novos casos foram de pessoas do sexo masculino, que representaram 56,6%. A meta global indica que as epidemias, tais como a AIDS, devem acabar até 2030.

Para a meta 3.4, que trata de doenças não transmissíveis e saúde mental, foi analisado o número de suicídios na região, que aumentou entre 2010 e 2015, de 80 para 122 casos. O problema afeta mais aos homens, que representaram 83,7% das vítimas, o que significa 488 casos no total. A meta indica que a saúde mental e o bem-estar devem ser promovidos até 2030.

A meta 3.6 indica que "até 2020, será necessário reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas". Para avaliar essa meta, o diagnóstico trouxe o número total de mortes causadas por acidentes de trânsito. A região Oeste do Paraná apresenta progresso nesse indicador, já que reduziu de 507 para 400 o número de mortes entre 2010 e 2015. Para alcançar a meta, no entanto, a região precisará de um esforço maior, pois deverá reduzir pela metade o número de mortes, atingindo no máximo 200 casos fatais em 2020, ou seja, daqui a dois anos.

Por fim, a meta 3.7, que trata de assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, foi analisada por meio do número de nascidos vivos por faixa etária da mãe. Entre as meninas de 10 a 14 anos, o Oeste do Paraná apresentou pequena melhora nesse indicador, indo de 153 casos em 2010 para 146 casos em 2015. No entanto, devido à gravidade do tema, nenhum caso é aceitável nessa faixa etária. Entre as mães de 15 a 19, também houve

uma queda de 3.391 casos em 2010 para 3.074 em 2015. Reforça-se também a necessidade de diminuir esse número.

O ODS 5, por sua vez, demonstra necessidade de avanços. Nos municípios da região Oeste do Paraná, somente 13,3% dos cargos de vereadores são ocupados por mulheres, sendo que a população feminina representa 51,0% da população total da região. Além disso, com relação à raça/cor, a região também apresenta um resultado negativo, com a grande maioria dos vereadores, 85,2%, pertencentes à raça/cor branca, enquanto 68,9% da população total se autodeclara branca. Ainda, há somente 9 vereadores da raça/cor preta, 1 vereador da raça/cor amarela e nenhum indígena. No Executivo, as desigualdades são ainda mais acentuadas: 96,3% dos cargos de Prefeito e 92,6% de Vice-Prefeito são ocupados por homens, isto é, há somente 2 prefeitas e 4 vice-prefeitas, em toda a região. No que se refere à raça/cor, novamente a discrepância é mais evidenciada: 94,4% dos prefeitos e 87,0% dos vice-prefeitos são brancos e nenhum é preto ou indígena. Quando cruzamos os dados de sexo e raça/cor, verifica-se que 92,6% dos prefeitos da região são homens brancos, porcentagem que cai para 79,6% no cargo de vice-prefeito e para 73,5% para vereadores, mas ainda assim proporções muito altas. A meta 5.5. trata de "garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública".

Em relação ao ODS 7, foi possível analisar no diagnóstico somente a meta 7.1, que trata de "até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia". Com relação ao acesso, a região chega a 90% de domicílios com energia, que, apesar de ser uma alta taxa de acesso, ainda precisa de avanços para alcançar 100% até 2030, cumprindo assim com os ODS.

Sobre o ODS 8, analisou-se a meta 8.5, que trata de alcançar o emprego pleno e remuneração igual para trabalho de igual valor até 2030. Com relação ao saldo de empregos, a região perdeu postos formais de trabalho nos anos de 2015 e 2016, situação que também ocorreu no estado do Paraná e que dificulta o alcance do ODS 8. Além disso, nota-se que há uma desigualdade acentuada entre homens e mulheres, visto que o maior número de postos de trabalho formais perdidos eram ocupados por mulheres, representando mais de 70% dos postos perdidos em 2016. Neste caso, essa situação também dificulta o alcance do ODS 5.

Em relação ao ODS 12, é possível estabelecer um paralelo entre a utilização de agrotóxicos e a meta 12.4, que trata de "até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente". Para tanto, avaliou-se o volume comercializado de agrotóxicos na

região Oeste do Paraná, que cresceu de 2013 a 2015. Para alcançar esse ODS, é necessária cautela na utilização de agrotóxicos, inclusive no descarte dos produtos e de seus recipientes, para que não traga danos para a saúde humana e o meio ambiente.

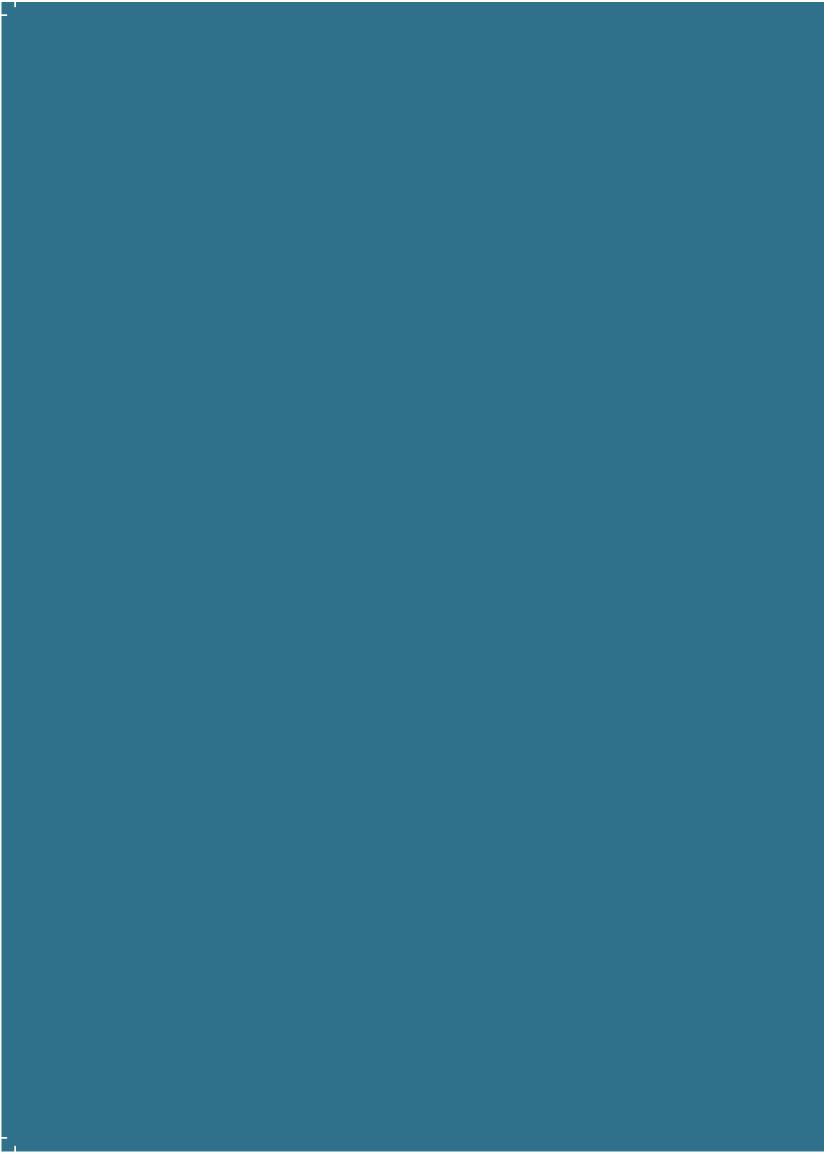
Além disso, analisou-se o número de visitantes ao Parque Nacional do Iguaçu e de cidades visitadas no Brasil, indicadores relacionados à meta 12.b, que se refere a "desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais". Entre 2013 e 2016, houve um pequeno aumento no número de visitas ao Parque, com uma ampliação na proporção de visitantes brasileiros em comparação com estrangeiros, de 2010 a 2016. Ainda, Foz do Iguaçu permaneceu como uma das três cidades mais visitadas no Brasil, de 2010 a 2016. Dado que a região Oeste do Paraná abriga um dos principais polos turísticos do país, o alcance da meta 12.b é importante para garantir um turismo sustentável, que equilibre atrativos naturais e culturais com preservação do meio ambiente, valorização da cultura local e respeito à diversidade.

Para o ODS 16, foi analisada a meta 16.1 "reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares". O Oeste do Paraná tem apresentado avanços neste tema, visto que houve uma queda no número de homicídios entre 2010 e 2015, de 534 para 371 casos. Há bastante diferença em termos de gênero, visto que a grande maioria dos casos do período eram homens, que representaram 91,0% das vítimas. Há também uma diferença significativa em termos de idade, dado que 40,0% das mortes aconteceram entre os 15 e 24 anos de idade e 31,1% entre 25 a 34 anos.

No caso dos ODS 2, 4, 6, de 9 a 11, 13 a 15, e também do 17, mais dados são necessários para avaliar a situação. Alguns deles, como o ODS 2, 4 e 6, são analisados a nível municipal, no diagnóstico de cada município da região Oeste do Paraná.

Reforça-se que este é um exercício inicial. A análise do ODS 8, por exemplo, foi feita aqui com somente um indicador, o que limita entender plenamente como está o objetivo na região. Em outros casos, a meta foi analisada parcialmente. O ODS 3, por exemplo, foi analisado por diversas metas. No entanto, a meta 3.4, por exemplo, é composta, ou seja, trata de mais de um tema. Nesse caso, somente a saúde mental foi mensurada pelo indicador proposto, não tendo sido possível avaliar o estado das doenças não transmissíveis neste diagnóstico.

A plataforma www.oestepr2030.org.br trará os indicadores aqui apresentados e mais uma série de dados sobre todos os objetivos, o que permitirá uma análise mais aprofundada sobre como os municípios da região Oeste do Paraná se encontram em relação aos ODS.



referências bibliográficas

- ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. Dados sobre Refúgio Perguntas e respostas. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/. Acesso em: 5 jan. 2018.
- ADAPAR. Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Comércio e Uso de Agrotóxicos e afins e Prestação de Serviços Fitossanitários. Disponível em: http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/GSV/Agrotoxicos/RESULTADOS_PUBLICADOS/dados_siagro.xls. Acesso em: 5 jan. 2018.
- ANA. Agência Nacional de Águas. Resolução n° 399. 2004. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2004/399-2004.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Visualizador de dados sociais VIS DATA [201-a]. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/tabelas/index.php>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais: Fundo de Participação dos Municípios FPM. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2013. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/190777/CartilhaFPM.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação CNUC. [201-b]. Disponível em: http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs. Acesso em: 1 dez. 2017.
- _____. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde DATASUS. Acesso à Informação Informações de saúde. [201-c]. Disponível em: http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde DATASUS. Sistema de Informação sobre Mortalidade SIM. [201-d]. Disponível em: http://svs.aids.gov.br/cgiae/sim/>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais RAIS. [201-e]. Disponível em: http://www.rais.gov.br/sitio/tabelas.jsf>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Perfil do município, [201-f]. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento SNIS. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, [201-g]. Disponível em: http://app3.cidades.gov.br/serieHistorica/. Acesso em: 19 dez. 2017.
- CONARE. Comitê Nacional para os Refugiados. Dados de refúgio Tríplice Fronteira [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <samantha.salve@undp.org> em 10 nov. 2017.

- FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Turismo. Inventário técnico de estatísticas turísticas. Foz do Iguaçu: Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, 2017.
- FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Geoprocessamento. Terras Indígenas. [201-] Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/shape>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- IBGE. Coordenação de Geografia. Biblioteca IBGE. Regiões de Influência das Cidades 2007. 2008. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>. Acesso em: 1 dez. 2017
- _____. Estimativas de população. [201-a]. Disponível em: < https://www.ibge.gov. br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao. html?=&t=downloads>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. Produto Interno Bruto dos municípios, [201-b]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- _____. Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. Pesquisa Agrícola Municipal, tabela 5547. 2016a. disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em: 1 dez. 2017.
- _____. Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. Pesquisa Pecuária Municipal, tabela 3939. 2016b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas >. Acesso em: 1 dez.2017.
- _____. Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, tabela 289. 2016c. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas. Acesso em: 1 dez. 2017.
- _____. Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Dados de visitação 2007-2016. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/dados_de_visitacao_2012_2016.pdf. Acesso em: 5 jan. 2018.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Acervo Fundiário. [201-]. Disponível em: http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar 2010-2016. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/resulta-dos-e-resumos>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Base de dados do estado. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 19 dez. 2017.

- ITAIPU BINACIONAL. Energia. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/energia/geracao. Acesso em: 5 jan. 2018.
- OSORIO, R. G. O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE. Brasília: IPEA, 2003.
- PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná, Conselho Estadual dos Recursos Hídricos. Resolução nº 49 CERH/PR. 2006. Disponível em: http://www.recursoshidricos.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30. Acesso em: 1 dez. 2017.
- _____. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná,
 Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Zoneamento Ecológico-Econômico. 2017. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo-7. Acesso em: 1 dez. 2017.
- PNUD; Ipea; FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.
- _____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://atlas-brasil.org.br/2013/. Acesso em: 19 dez. 2017.
- TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais Eleições municipais de 2016, [2017?]. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotSites/pesquisas-eleitorais/resultados_anos/2016.html>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- UNAIDS. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. Informações básicas, [201-]. Disponível em: https://unaids.org.br/informacoes-basicas/ https://unaids.org.br/terminologia/>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Terminologia, [201-a]. Disponível em: https://unaids.org.br/terminologia/. Acesso em: 19 dez. 2017.